

COMPREENDENDO O RISCO DE INVESTIMENTO NO SETOR DE MINERAÇÃO:



BRASIL

RELATÓRIO DA LAPFF
COM RECOMENDAÇÕES BASEADAS NAS
INTERAÇÕES COM AS PARTES INTERESSADAS
NO BRASIL

Local
Authority
Pension
Fund
Forum

↑ ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO EM 2019

272 PESSOAS MORTAS NO DIA



↑ ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE MARIANA EM 2015

19 PESSOAS MORTAS NO DIA

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS	4
Metodologia do Relatório	5
Prefácio e Sumário Executivo do Presidente da LAPFF	7
Contexto	10
CONCLUSÕES PRINCIPAIS.....	13
Preocupações Sociais	14
• Segurança	14
• Comunicação.....	14
<i>Envolvimento com as partes interessadas</i>	15
<i>Acesso à Internet</i>	16
• Saúde.....	16
<i>Contaminação da água</i>	17
<i>Poeira</i>	17
<i>Preocupações com Efeitos Crônicos na Saúde</i>	17
<i>Saúde Mental</i>	17
<i>Saúde das Crianças</i>	18
• Perda da Renda.....	18
• Problemas relacionados à Propriedade	20
• Impactos Culturais.....	24
Preocupações Ambientais	25
• Água	25
<i>Disponibilidade</i>	25
<i>Qualidade</i>	27
<i>Acessibilidade</i>	27
• Qualidade do ar.....	28
• Solo.....	29
• Mudanças Climáticas.....	29
Preocupações com a Governança.....	30
• Supervisão e Segurança das Barragens de Rejeitos	30
<i>A Falta de Clareza nos Procedimentos de Evacuação</i>	31
<i>Prevenção de Futuros Rompimentos</i>	32
• Responsabilização	33
<i>Exclusão de Vítimas</i>	34
<i>Acordos Legais</i>	35
<i>Joint Ventures (Empreendimentos Conjuntos)</i>	36
<i>Liderança organizacional</i>	37
• Processos de Diligência.....	38
<i>Monitoramento</i>	38
<i>Comunicação com as Partes Interessadas</i>	39
PARA ONDE VAMOS A PARTIR DAQUI?: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	41
Reunião Final com Investidores	42
Para os Investidores	43
Para as Empresas.....	43
Para as Comunidades.....	44

AGRADECIMENTOS OS ESPECIAIS

Esta visita não teria acontecido sem a ajuda e o apoio de muitas, muitas pessoas e organizações, às quais. Estas estão listadas abaixo:

À Leticia e seus colegas por toda a assistência – nós não teríamos conseguido sem vocês

Aos membros das comunidades atingidas que conhecemos em Conceição do Mato Dentro, Brumadinho e Mariana, os quais receberam a LAPFF de braços abertos e nos agradeceram por viajar para visitá-los, e também por mostrar que os investidores do outro lado do mundo se importam com eles

Aos representantes da Vale que nos receberam, incluindo o Sr. Penido, o presidente da Vale, que passou dois dias inteiros com a equipe da LAPFF

À equipe da Samarco, que hospedou a equipe da LAPFF por um dia

À JGP, gestora de investimentos, incluindo José Pugas e sua equipe, que apoiaram a LAPFF durante toda a viagem e organizaram uma reunião de investidores com a Vale no final da viagem para discutir os próximos passos

À Fundação Renova, incluindo Andre de Freitas, que dedicou um dia para nos mostrar os reassentamentos de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues.

À equipe do Consulado Britânico em Belo Horizonte, incluindo Lucas Brown, que dedicou uma quantidade significativa de tempo para se encontrar conosco e compartilhar suas experiências no setor de mineração e no trabalho com barragens de rejeitos no Brasil

Ao Fabio Alperowitch da FAMA Investimentos que voou para nos encontrar no Rio

Aos motoristas da LAPFF, Staney e Ricardo, sem os quais nada disso teria sido possível e que estavam dispostos a ter seus carros quase destruídos por estradas incrivelmente difíceis, muitas vezes em horários bem fora do comum, de madrugada ou a altas horas da noite para nos levar onde precisávamos estar

À Fernanda, nossa excelente intérprete, que foi capaz de traduzir não apenas as palavras, mas também a cultura e a emoção das pessoas com quem conversamos

Aos acadêmicos, políticos e outros funcionários públicos com quem conversamos em Belo Horizonte, os quais ajudaram a criar um quadro muito mais completo das dificuldades que as comunidades e as empresas enfrentam em relação à segurança das barragens de rejeitos

A toda Diretoria e todos os membros da LAPFF que apoiaram integralmente essa visita

A todos os membros da PIRC (Consultores de Pesquisa em Previdência e Investimentos Ltda) que apoiaram essa visita

Agradecimentos também à Julia que apresentou a LAPFF aos moradores das comunidades atingidas em Mariana, dando início à nossa jornada

Metodologia do Relatório

O presente relatório reflete principalmente as informações e impressões obtidas pela LAPFF durante sua visita a Conceição do Mato Dentro, Brumadinho e Mariana, no Brasil, entre 11 de Agosto e 6 de setembro de 2022. A visita decorreu de um convite feito pelos membros das comunidades atingidas em razão de preocupações com a segurança das barragens de rejeitos nas três áreas mencionadas. Consequentemente, a maior parte da visita - duas semanas e meia de um total de três semanas e meia - concentrou-se em encontros com os indivíduos atingidos nas respectivas comunidades atingidas, sem a presença de quaisquer representantes das empresas.

Este documento abrange observações tanto das comunidades quanto das empresas, refletindo considerações que a LAPFF julga relevantes e pertinentes. Nos casos em que as informações podem ser verificadas, a LAPFF atribuiu as declarações à(s) parte(s) que as forneceram. Já nos casos em que as informações refletem as impressões da LAPFF, procurou-se deixar isto claro no relatório. Ao adotar essa abordagem, a LAPFF visa estimular as partes relevantes a garantirem a realização de avaliações, independentes das alegações apresentadas, bem como a divulgação transparente dos resultados dessas avaliações.

Isto ocorre porque na experiência da LAPFF as questões que surgem por meio de seu processo de envolvimento com as partes interessadas têm relevância financeira. Dito isso, a LAPFF deseja assegurar que os investidores, incluindo seus membros, tenham acesso ao máximo de informações de natureza financeira possíveis ao tomar suas decisões de investimento.

O primeiro local visitado pela LAPFF foi Conceição do Mato Dentro, onde está localizado o projeto Minas-Rio da Anglo American. **Uma distinção fundamental que deve ser mantida em mente ao ler o relatório é que, ao contrário das barragens que se romperam em Brumadinho e Mariana (barragens construídas pelo método a montante), a barragem do Minas-Rio não sofreu rompimento. Esta, por sua vez, foi construída seguindo o método a jusante, reconhecido na indústria como uma construção muito mais segura.** Nesse contexto, as observações da LAPFF resultantes dessa visita baseiam-se em anotações escritas a partir de discussões com pessoas atingidas, e que residem nas comunidades visitadas. Além disso, fotos e vídeos foram registrados por representantes da LAPFF.

O segundo local visitado pela LAPFF foi Brumadinho, onde ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos “Córrego do Feijão”, da Vale, em 25 de

janeiro de 2019. As observações da LAPFF relativas a essa visita baseiam-se em discussões com membros das comunidades diretamente atingidas pelo rompimento. As informações contidas neste relatório resultam de anotações feitas durante as conversas com essas pessoas atingidas, bem como de fotos e vídeos registrados pelos representantes da LAPFF. No entanto, em determinado momento dessa visita, ficou evidente que os membros das comunidades atingidas estavam preocupados com sua segurança. Por precaução, a LAPFF optou por interromper a filmagem e passou a confiar em registros escritos para documentar suas reuniões com os moradores das comunidades.

O terceiro local visitado pela LAPFF foi Mariana, onde, em 5 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem da Samarco, uma joint venture entre a BHP e a Vale. Com relação a essa visita, as observações da LAPFF baseiam-se em discussões com membros diretamente atingidos das comunidades afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão. As informações incluídas no relatório refletem tanto registros escritos quanto fotos e vídeos registrados a pedido dos indivíduos atingidos. No entanto, é importante observar que no vídeo registrado tem-se como foco principal os prejuízos patrimoniais em vez das pessoas atingidas, em virtude das preocupações com a segurança que surgiram em Brumadinho.

Além disso, o relatório também inclui informações apresentadas por vários representantes da Samarco e da Vale, as quais foram coletadas durante os três dias subsequentes às visitas realizadas nas comunidades. Diversos representantes da Vale acompanharam a LAPFF durante uma visita de um dia à Samarco. O presidente da Vale acompanhou a LAPFF durante uma visita de um dia aos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, seguida por uma visita de um dia a Belo Horizonte e Brumadinho. As informações fornecidas pelo presidente da Vale e seus colegas foram incluídas neste relatório. Estas, reproduzem tanto os registros escritos quanto as fotos e vídeos registrados em várias unidades da Vale, inclusive, o local do rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho.

A LAPFF só teve conhecimento da visita a uma área impactada pelas atividades da Anglo American ao chegar no Brasil, não tendo sido possível, portanto, agendar uma reunião com representantes da empresa durante a viagem. A Anglo American afirmou, e a LAPFF acredita plenamente nisso, que a empresa teria disponibilizado representantes para se reunirem com a LAPFF no Brasil. Posteriormente, a LAPFF se reuniu tanto com o Presidente da Anglo

American, quanto com seus colegas responsáveis pelo setor operacional. Seus comentários foram incorporados ao relatório, conforme apropriado.

A BHP se recusou a disponibilizar um representante da BHP Brasil para se encontrar com os representantes da LAPFF durante a visita a Mariana alegando conflito de interesses. No entanto, a empresa forneceu opiniões construtivas e comentários sobre o rascunho do relatório, os quais foram incluídos, conforme apropriado.

Após a conclusão do relatório, uma versão preliminar foi compartilhada com os membros das comunidades atingidas em todas as três áreas visitadas pela LAPFF, com o objetivo de garantir que: (1) não houvesse informações no relatório que pudessem comprometer, ou que comprometessem, a segurança das pessoas atingidas; e (2) as informações apresentadas em nome das comunidades fossem precisas. Após a integração ao relatório dos comentários fornecidos pelas comunidades, o mesmo passou por uma revisão interna, conduzida tanto pela equipe da PIRC (em inglês, Pensions & Investment Research Consult-

ants Ltd) quanto pela diretoria e membros da LAPFF. Por fim, o relatório foi enviado às três empresas para garantir a precisão das informações nele contidas.

Nos casos em que as mineradoras forneceram comentários, essas contribuições foram incorporadas sempre que imprecisões fossem identificadas ou quando se considerou importante incluir o ponto de vista da empresa, com objetivo de oferecer uma compreensão mais equilibrada dos eventos ou situações.

Em muitos casos, os pontos de vista das empresas foram incluídos para demonstrar a diferença de perspectiva entre as comunidades atingidas e as mineradoras em relação aos direitos humanos, e aos impactos ambientais nas três áreas visitadas. Em muitas dessas situações, a LAPFF não possui evidências externas para verificar as perspectivas tanto das comunidades, quanto das empresas. Portanto, a LAPFF solicitou que sejam realizadas avaliações independentes, bem como a divulgação destas. O objetivo é proporcionar à LAPFF e a outros investidores uma base factual mais sólida para avaliar as diversas alegações e defesas.



Estrutura destruída pelo rompimento da barragem de rejeitos de Mariana, foto registrada em 27 de Agosto de 2022

Barragem de rejeitos que se rompeu em 2019 em Brumadinho e caminho da inundação onde as escavações continuam a busca por três pessoas desaparecidas, foto registrada em 30 de Agosto de 2022



Prefácio e Sumário Executivo do Presidente da LAPFF

Tenho o prazer de apresentar o relatório final da nossa visita ao Brasil entre 11 de Agosto e 6 de setembro de 2022. O propósito da visita foi compreender melhor como as três áreas foram atingidas pelas barragens de rejeitos. A primeira parte da visita ocorreu em Conceição do Mato Dentro, onde a barragem do projeto Minas-Rio da Anglo American não sofreu rompimento. Apesar da sua construção a jusante, que é reconhecida como mais segura do que a construção a montante, a qual foi utilizada nas barragens recentemente rompidas em Mariana e Brumadinho, as comunidades ao redor da barragem do Minas-Rio ainda têm receios de um possível rompimento.

A barragem da Vale, localizada em sua mina Córrego do Feijão, em Brumadinho rompeu-se em 25 de janeiro de 2019, resultando na morte de 272 pessoas. Ademais, Vale e a BHP são proprietárias conjuntas da Samarco, cuja barragem de rejeitos Fundão rompeu-se em 5 de novembro de 2015, causando, neste mesmo dia, a morte de 19 pessoas, e o que resultou no maior desastre ambiental na história do Brasil.¹ Conforme você verá neste relatório, todas

as situações trazem implicações para os acionistas, o valor das ações e também os riscos associados a essas três empresas. Em todos os cenários, esses são riscos financeiros graves, sem mencionar o impacto sobre as 'pessoas e o planeta', e, é claro, os danos à reputação.

Para mim foi um grande privilégio representar o trabalho da LAPFF no enfrentamento dessas graves falhas que, na minha opinião, são resultantes de décadas de desempenhos operacionais insatisfatórios e que, no final das contas, originaram-se de duas das cinco maiores empresas de mineração do mundo - Vale e BHP. Enfatizo a palavra 'no final das contas', pois essas operações frequentemente passam por aquisições, fusões e, ousaria dizer, joint ventures – e é aí que reside um grande problema!"

Por que a LAPFF esteve no Brasil? Simplesmente porque em dezembro de 2019, na minha primeira conferência como presidente da LAPFF, em Bourne-mouth, na Inglaterra, os indivíduos atingidos de Minas Gerais estiveram presentes para explicitar sua angústia, dor, sofrimento e trauma. Naquela época, já se passavam quatro anos desde o rompimento da

¹ <https://www.theguardian.com/sustainable-business/2016/oct/15/samarco-dam-collapse-brazil-worst-environmental-disaster-bhp-billiton-vale-mining>.

barragem da Samarco (uma joint venture entre a Vale e a BHP), e quase um ano desde o rompimento da barragem de Brumadinho. Hoje, respectivamente sete anos e meio, e mais de quatro anos após o rompimento das barragens, minha visão é de que muito pouco tem sido feito.²

Os significativos impactos financeiros nas empresas que investimos têm se tornado cada vez mais evidentes como resultantes de ambos os desastres operacionais. As estimativas mais recentes para o rompimento da barragem da Samarco em 2015 sugerem que os custos a serem pagos pela mineradora alcançarão pelo menos £25 bilhões³ (R\$155 bi), sem mencionar o impacto no valor de mercado. Na minha opinião, esse é um custo que poderia ter sido evitado, caso tivesse havido uma melhor governança e cuidado para com os procedimentos operacionais e projetos das barragens, ao também se considerar a importância do plano de construção da mina, neste caso.

Estou profundamente entristecido por ter visto o local do refeitório dos trabalhadores na mina em Brumadinho – refeitório que se situava diretamente em frente à parede da barragem! 254 trabalhadores da Vale perderam a vida em decorrência desse deslizamento de lama, e outras 16 pessoas foram mortas, incluindo duas mulheres grávidas, totalizando 272 pessoas. Além disso, de acordo com a Vale e um representante de uma das comunidades atingidas, até abril de 2023, ainda havia três pessoas desaparecidas. Na época da visita da LAPFF, eram quatro pessoas desaparecidas – estou ciente de que os restos mortais de uma dessas pessoas foram encontrados entre a nossa visita e a publicação deste relatório. A LAPFF continuará a ser uma amiga crítica das empresas de mineração e a considerar os diretores do conselho responsáveis pelas reparações e melhorias nas operações, bem como pela entrega de resultados comerciais. Até o momento, a BHP não conversou com a LAPFF sobre a visita, e a Vale raramente menciona o incidente da Samarco em suas chamadas com investidores. Acreditamos que isso se deve, em parte, ao fato de a Samarco ser uma joint venture.

A LAPFF se encontrou com comunidades, empresas, acadêmicos e outros investidores, além de ter visitado diversas áreas. Embora muitas pessoas tenham compartilhado suas experiências conosco, a LAPFF identificou questões muito básicas, porém comuns, em todas as áreas visitadas. Como detalhado no relatório abaixo, as comunidades atingidas relataram que a comunicação precária, a disponibilidade de água potável (muitas vezes insuficiente), a contaminação e o comportamento ameaçador

e intimidante das mineradoras são preocupações sérias (a segurança pareceu ser uma preocupação predominante em Brumadinho e, em menor medida, em Mariana). Estima-se que mais de 200.000 pessoas tenham sido atingidas⁴ pelo incidente da Samarco em Mariana, e que mais de 600 quilômetros de rio foram dizimados, poluindo todo o curso até o Oceano Atlântico⁵.

Passamos dois dias inteiros com o presidente da Vale. Desconheço outro caso em que tanto tempo tenha sido dedicado ao engajamento com investidores - ele está levando isso muito a sério. Com ele, visitamos o local do rompimento em Brumadinho e subimos a uma plataforma com vista para o 'cemitério' (um termo de minha autoria), de onde observamos os caminhos do deslizamento da lama que causou a morte de 272 pessoas. Também acompanhamos a operação de recuperação que continua a busca pelas quatro (agora três) pessoas ainda desaparecidas. Espero que possam começar a perceber que não medimos esforços.

Quais são as constantes preocupações da LAPFF?

- Falta de engajamento das empresas com as pessoas atingidas nas comunidades atingidas
- Preocupações recorrentes com a lentidão e insuficiência das reparações após os rompimentos das barragens de rejeitos em Mariana e em Brumadinho
- Impactos ambientais em todas as três áreas, comprometendo especialmente as nascentes e as fontes de água
- Segurança das barragens, incluindo a barragem do projeto Minas-Rio, a qual não apresentou rompimento

Em Conceição do Mato Dentro, ouvimos das comunidades que estão preocupadas com fato de que a barragem de rejeitos do Minas-Rio, de propriedade da Anglo American, possa vir a se romper. Além disso, as comunidades levantaram outras preocupações relacionadas à mineração, incluindo os elevados níveis de poeira e suas consequências para a saúde. A poeira era tão densa que mal podíamos enxergar à nossa frente enquanto estávamos dirigindo. Elas também mencionaram interrupções causadas pelo barulho gerado quando explosivos são detonados na mina.

Observamos o rio impactado pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, que está localizado a 240 km a sudoeste de Conceição do Mato Dentro. Existem dúvidas sobre a qualidade da água,

2 A Vale afirma que desde 2015, juntamente com a BHP, desembolsou R\$ 28 bilhões, e 441 soluções habitacionais (que incluem alternativas para reconstrução de casas destruídas) foram entregues até dezembro de 2022. A empresa afirma ainda que, em Brumadinho, já foram desembolsados US\$ 7,6 bilhões, além de um Acordo Global firmado com as autoridades brasileiras, sendo que 58% desse acordo foi devidamente cumprido.

3 Veja o parágrafo 1º na introdução do [processo judicial](#) que a BHP está enfrentando no Reino Unido em relação ao rompimento da barragem de rejeitos da Samarco

4 Esse é o número original de requerentes na ação judicial que a BHP está enfrentando no Reino Unido em relação ao rompimento da barragem de rejeitos da Samarco. Segundo a BHP e outras fontes, o número agora aumentou em mais 500.000 requerentes.

5 A LAPFF acompanhou os efeitos contínuos desse impacto, que também foi relatado na mídia britânica, como por exemplo, aqui: <https://www.theguardian.com/sustainable-business/2016/oct/15/samarco-dam-collapse-brazil-worst-environmental-disaster-bhp-billiton-vale-mining>

e eu não consigo acreditar que sua condição seja normal. Porém, precisamos investigar melhor esse fato, pois há claras contradições entre os relatos da empresa e os das comunidades.⁶

Em Paracatu de Baixo, que foi gravemente atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, vimos manchas nas paredes da escola, da igreja e das casas, que estimo estarem a pelo menos quatro metros acima do nível do solo - essa foi a altura alcançada pela onda de lama! Em Bento Rodrigues, outra comunidade atingida pelo rompimento da barragem da Samarco, também notamos manchas nas paredes das igrejas e das casas.

Precisamos enfatizar para as empresas e investidores a necessidade de um engajamento muito mais efetivo para com as partes interessadas. Na visão da LAPFF, as reparações facilitadas pela Fundação Renova em Mariana precisam ser mais ágeis e adequadas. Além disso, necessitamos compreender melhor os acordos legais estabelecidos entre as empresas, os procuradores, as autoridades municipais e estaduais e, é claro, as comunidades.

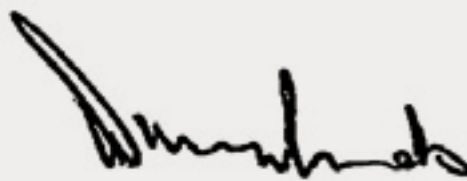
É impossível calcular o impacto ambiental causado⁷. Levará décadas, senão gerações ou até séculos, para recuperar os danos gerados. Testemunhar esse impacto ambiental devastador apenas ressalta o fato de que esses incidentes podem e devem ser evitados. Retornamos ao Reino Unido no dia 6 de setembro e, apenas cinco dias depois, ficamos sabendo de outro rompimento de barragem que matou pelo menos três pessoas⁸, desta vez na África do Sul - esses são riscos financeiros reais para os nossos investimentos, pois as empresas nas quais investimos podem incorrer em perdas de bilhões de libras. Além disso, também existem preocupações operacionais. Por exemplo, o jornal inglês *The Guardian* relatou que a BHP perdeu “5,2 bilhões de libras devido ao rompimento da barragem e à grande queda nos preços das commodities”⁹. Em vez disso, esse dinheiro poderia ter sido destinado aos dividendos dos investidores.

Embora seja tarde demais para Mariana e Brumadinho, pude testemunhar as medidas que a Vale está tomando para evitar novos rompimentos. A sala de controle da Vale em Belo Horizonte está monitorando as barragens dia e noite. Também ficamos satisfeitos em saber que as barragens de Fundão e Germano, da Samarco, não contêm mais rejeitos úmidos – essa informação era desconhecida até então. Nosso principal objetivo agora é prevenir novos rompimentos, especialmente considerando que algumas das barragens de alto risco são enormes e causarão impactos sociais e ambientais imensos se viessem a romper – é essencial mantermos a pressão sobre as empresas investidas para eliminar esse risco.

Durante nossos últimos dias no Rio de Janeiro tivemos uma reunião com a gestora de investimentos JGP e outros investidores, juntamente com a Vale. Foi uma reunião desafiadora e, sem dúvida, marcante. Acredito que precisamos intensificar nossa atuação nesse espaço.

O que os investidores podem fazer? A LAPFF está satisfeita com o desenvolvimento do Padrão Global da Indústria para Gerenciamento de Rejeitos (em inglês, *Global Industry Standard on Tailings Management - GISTM*) e com as medidas procedimentais que os investidores do setor estão tomando em relação às barragens de rejeitos e à mineração em geral. A expectativa é de que o GISTM ajude a melhorar os impactos e os resultados da mineração em todo o mundo. No Brasil, as melhorias estão em andamento e devemos reconhecê-las. É muito positivo que a Vale esteja dialogando com os investidores em relação à Samarco. No entanto, a BHP se recusou a se envolver com a LAPFF para discutir essa questão no Brasil. Individual e coletivamente, os investidores devem continuar a se engajar com as empresas e as comunidades. Devemos garantir que os compromissos assumidos pelas empresas sejam cumpridos para proteger o nosso capital, o capital de nossos membros, e para que estes sejam aplicados com o objetivo de alcançar os melhores resultados possíveis. Nós agora temos uma avaliação em primeira mão, identificamos as áreas de risco e precisamos cumprir nosso dever fiduciário para garantir que todas as questões sejam abordadas pelos conselhos das empresas. Na minha opinião, precisamos colaborar melhor com proprietários e gestores de ativos que compartilhem uma mentalidade semelhante à nossa para, assim, alcançar mudanças significativas. Há muito a ser feito, mas precisamos fazê-lo! Precisamos da mineração, mas ela precisa ser conduzida de forma responsável ao invés de apenas visar lucros de curto prazo - ISSO PODE SER FEITO!

Vereador Doug McMurdo



Presidente, Fórum dos Fundos de Pensão das Autoridades Locais (Local Authority Pension Fund Forum - LAPFF)

6 A Vale afirma que monitora continuamente a qualidade da água e dos sedimentos do Rio Paraopeba e que suas medições geralmente estão em conformidade com o monitoramento do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)

7 A Vale declarou que “conforme o Acordo de Reparação Integral de Brumadinho, para a remediação ambiental, a obrigação da empresa somente será concluída com a completa recuperação da área impactada”.

8 <https://floodlist.com/africa/south-africa-mining-dam-jagersfontein-september-2022>

9 <https://www.theguardian.com/sustainable-business/2016/oct/15/samarco-dam-collapse-brazil-worst-environmental-disaster-bhp-billiton-vale-mining>

Contexto

O envolvimento da LAPFF na mineração e nos direitos humanos

É amplamente aceito que a indústria da mineração levanta uma série de preocupações relacionadas aos direitos humanos e, entre estas, inclui-se a segurança das barragens de rejeitos. As barragens de rejeitos são os locais nos quais as minas armazenam seus resíduos, e há um longo histórico de rompimentos dessas estruturas. Existem várias formas de construir barragens de rejeitos, mas a mais preocupante parece ser o método a montante.

Desde 2018, a LAPFF tem se envolvido com as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos em Mariana, no Brasil, ocorrido em 2015, que resultou na morte de 19 pessoas e, alegadamente, causou a pior tragédia ambiental do Brasil¹⁰. Tanto as empresas envolvidas, quanto as comunidades atingidas, concordam que as reparações têm sido muito lentas. No entanto, em suas discussões com a LAPFF, cada parte cita diferentes razões para os atrasos. Após o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho, Brasil, em 2019, que resultou na morte de 272 pessoas, a LAPFF expandiu seu envolvimento não apenas para com as pessoas atingidas em Brumadinho, mas também para outras comunidades atingidas pelas operações de mineração em nível global.

A indústria de mineração tornou-se um dos principais focos da LAPFF, devido ao seu tamanho econômico e financeiro, bem como às implicações na transição para uma economia verde. Evidentemente, precisaremos dos metais extraídos por essas empresas para construir tecnologias que permitam a redução das emissões de carbono. No entanto, também está claro que a indústria da mineração enfrenta desafios significativos em termos de direitos humanos e meio ambiente, os quais acabam se tornando um obstáculo na busca por operações e retornos sustentáveis para os acionistas.

Em vários aspectos esse envolvimento tem se mostrado esclarecedor. A LAPFF tem aprendido muito sobre os impactos sociais e ambientais causados pelas operações de mineração. No entanto, o que é mais notável, do ponto de vista de um investidor, é a crescente percepção de que os impactos sociais e ambientais sofridos pelas comunidades atingidas são financeiramente relevantes tanto para as empresas quanto, conseqüentemente, para os investidores.

Nos casos de Mariana e Brumadinho, por si só, o custo financeiro que os rompimentos geraram para as empresas é avassalador. Uma recente decisão judicial contra a BHP em relação ao rompimento da barragem em Mariana sugere que os custos podem exceder £25 bilhões.¹¹ A Vale também se viu obrigada a aceitar um acordo de \$7 bilhões em Brumadinho¹². Esses valores são separados das várias outras ações de engajamento comunitário que as empresas tem que realizar para reconstruir suas reputações.

Conforme observado pela LAPFF durante esta investigação, os custos não chegam nem a cobrir os danos às comunidades atingidas, as quais nunca recuperarão seus entes queridos, seus recursos naturais ou suas propriedades ancestrais. Esses impactos irreversíveis têm um efeito duradouro na reputação e nas operações tanto da BHP, quanto da Vale, tornando-os financeiramente relevantes para ambas as empresas e os investidores.

Razão da viagem ao Brasil

Em dezembro de 2019, a LAPFF convidou membros das comunidades atingidas de Mariana e Brumadinho para falar na conferência anual da LAPFF em Bournemouth. Naquela época, os impactos que as catástrofes ocasionaram às comunidades e aos indivíduos ainda eram extremamente recentes, especialmente para a representante de Brumadinho que havia perdido o pai no rompimento da barragem há menos de um ano antes da conferência.

O emocionante e comovente testemunho convenceu muitos dos investidores na plateia sobre o impacto que seu dinheiro poderia ter tanto na prevenção, quanto na facilitação de tais desastres. Os representantes das comunidades imploraram aos investidores que visitassem suas comunidades para verem com seus próprios olhos os danos que haviam sido causados.

Um investidor que ficou profundamente comovido foi o Presidente da LAPFF, Vereador Doug McMurdo. Após ouvir os relatos das comunidades ele se comprometeu a visitar o Brasil para entender melhor a situação, e considerar como os investidores poderiam contribuir para prevenir futuros desastres. Embora a visita tenha sido adiada devido à Covid-19, ele manteve sua promessa e realizou uma visita de três semanas e meia em Agosto e setembro de 2022.

¹⁰ <https://www.theguardian.com/sustainable-business/2016/oct/15/samarco-dam-collapse-brazil-worst-environmental-disaster-bhp-billiton-vale-mining>.

¹¹ Veja o parágrafo 1º na introdução da [ação judicial no Reino Unido](#), na qual a BHP é ré devido ao rompimento da barragem de rejeitos de Samarco.

¹² <https://www.reuters.com/article/us-vale-sa-disaster-agreement-idUSKBN2A41V5>. A Vale ressaltou que este acordo foi mediado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

CONTEXTO**Itinerário**

O itinerário foi definido por representantes das comunidades e abrangeu três principais áreas geográficas: Conceição do Mato Dentro, Brumadinho e Mariana. A LAPFF visitou várias comunidades dentro dessas áreas. As comunidades individuais não serão mencionadas neste documento - embora a LAPFF tenha mantido um registro delas separadamente - pois, como ficará claro abaixo, alguns membros das comunidades têm preocupações com a segurança, algo que a LAPFF não deseja agravar. Por essa razão, os representantes das comunidades e suas organizações não serão nomeados no relatório.

As comunidades no entorno de Conceição do Mato Dentro são atingidas pelas atividades de mineração realizadas pela Anglo American. Antes de ir ao Brasil, a LAPFF estava ciente de que as comunidades estavam preocupadas com uma série de problemas, incluindo o possível rompimento da barragem de rejeitos do projeto Minas-Rio pertencente à Anglo American. A LAPFF também sabia que havia preocupações sobre uma série de outros impactos sociais e ambientais relacionados às operações de mineração da Anglo American, incluindo a abordagem utilizada pela empresa para se envolver com as comunidades, bem como a localização de um reassentamento local e o método utilizado nesse processo.

As comunidades no entorno de Brumadinho foram, e ainda são atingidas pelas operações de mineração da Vale. Elas sofreram a perda de 272 pessoas, a maioria das quais eram trabalhadores da Vale, devido ao colapso da barragem Córrego do Feijão em 25 de janeiro de 2019. Embora um acordo financeiro tenha sido celebrado entre a empresa e as autoridades públicas após o colapso da barragem, as pessoas atingidas, com as quais a LAPFF estabeleceu contato antes mesmo da visita ao Brasil, nos relataram os danos irreparáveis que sofreram como resultado do rompimento da barragem.

Devido ao contato prévio com os indivíduos atingidos, a LAPFF estava ciente de que as comunidades no entorno de Mariana ainda aguardavam a conclusão das reparações, mesmo após quase sete anos desde o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em 5 de novembro de 2015, o que resultou na perda de 19 vidas e causou o pior desastre ambiental da história do Brasil. Embora tenham ocorrido algumas compensações, reparações e esforços na construção de reassentamentos, e embora esses programas estejam em andamento, apenas uma pequena parte das novas residências desses reassentamentos foi concluída. Além disso, as comunidades ainda aguardavam uma série de outras medidas compensatórias e reparatórias para poderem começar a reconstruir suas vidas.

A LAPFF vinha acompanhando mensalmente, tanto com as empresas, quanto com as comunidades, o número de casas construídas. Com base na cor-

respondência com ambas as partes, antes da partida da LAPFF para o Brasil, foi possível confirmar, por meio da Renova e dos representantes da comunidade, que apenas 47 das 537 casas¹³ reivindicadas como necessárias pelas comunidades atingidas haviam sido efetivamente concluídas. Segundo nossa avaliação, mais casas foram construídas após a visita da LAPFF - a Renova relata em seu site que agora um total de 123 casas já foram concluídas.¹⁴ A BHP afirmou que, em maio de 2023, as primeiras famílias do reassentamento de Bento Rodrigues já haviam se mudado para suas novas casas. Uma pessoa atingida da comunidade de Bento Rodrigues confirmou que cinco famílias receberam as chaves de suas novas casas, mas nem todas puderam se mudar devido a ajustes que ainda estão sendo realizados nas propriedades. BHP, Vale e Renova afirmam que grande parte da infraestrutura nos reassentamentos, tais como escolas, foi concluída, mas que a conclusão das moradias depende do acordo dos membros das comunidades atingidas, muitos dos quais, por diversas razões, continuam recusando a aprovação de suas casas¹⁵.

Os representantes das comunidades também proporcionaram condições para que a LAPFF passasse um tempo em Belo Horizonte, com o objetivo de participar de uma audiência parlamentar com membros das comunidades atingidas e para conversar com legisladores, um defensor público e acadêmicos a respeito das empresas mineradoras e as barragens de rejeitos.

A LAPFF passou um dia com a equipe da Samarco para compreender como a empresa opera e quais foram as mudanças feitas pela joint venture desde o rompimento da barragem de rejeitos em 2015. O presidente da Vale, José Penido, dedicou gentilmente dois dias inteiros de seu tempo à LAPFF para visitar locais em Mariana, Belo Horizonte e Brumadinho, incluindo o local do rompimento da barragem de Brumadinho, onde a empresa continua a procurar restos mortais das últimas três pessoas desaparecidas. O CEO da Fundação Renova, André de Freitas, também acompanhou a LAPFF por um dia inteiro em uma visita aos reassentamentos de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues.

A última etapa da visita da LAPFF ocorreu no Rio de Janeiro. O objetivo desta parte da viagem foi reunir-se com investidores brasileiros que demonstram preocupação com as práticas sociais e ambientais da Vale, especialmente em relação às barragens de rejeitos. Nos últimos dois anos, a LAPFF tem atuado em parceria com a gestora de ativos brasileira JGP e está extremamente agradecida pelo excelente apoio oferecido durante o processo de engajamento com as comunidades e empresas.

No ano passado, a equipe da JGP visitou Brumadinho e Mariana juntamente com membros das comunidades atingidas e, neste ano, também

13 A BHP e a Vale têm constantemente encaminhado à LAPFF informações sobre as reparações realizadas pela Fundação Renova. A última comunicação que a LAPFF recebeu da Renova e dos representantes das comunidades sobre o número de moradias foi em janeiro de 2022.

14 <https://www.fundacaorenova.org/dadosdareparacao/>

15 Essas informações constam de e-mails privados trocados com a LAPFF e em notas de reuniões entre as empresas, a Renova e a LAPFF.

CONTEXTO

acompanhou a LAPFF em parte de sua visita. Para coincidir com a visita da LAPFF, a JGP organizou uma reunião com alguns investidores brasileiros e com a Vale para iniciar um processo que garanta a responsabilidade da empresa em concluir as reparações existentes de maneira adequada e pontual, bem como prevenir futuros rompimentos de barragens. O último ponto é especialmente importante, pois a Vale atualmente possui duas barragens de rejeitos no Brasil que apresentam alto risco de colapso.¹⁶ Se esses rompimentos ocorrerem, têm o potencial de resultar em um impacto social e ambiental ainda maior do que Mariana e Brumadinho. Todas as partes envolvidas estão empenhadas em garantir que isso não ocorra.

Avisos Legais

A LAPFF tem sido extremamente cuidadosa com nomes e imagens, dada a questão dos problemas com a segurança que se tornou evidente durante a

viagem. (A segurança pareceu ser uma preocupação predominante em Brumadinho e, em certa medida, em Mariana).

Embora a LAPFF tenha buscado ouvir uma variedade de opiniões, ela não afirma ter se reunido com uma quantidade representativa dos membros das comunidades durante a viagem. Dessa forma, este relatório não reflete uma pesquisa empírica de acordo com as metodologias sociais ou ambientais aceitas. No entanto, mais de 200.000 pessoas atingidas inicialmente se juntaram à ação judicial contra a BHP movida no Reino Unido (uma ação coletiva). A BHP destacou que em 25 de fevereiro de 2023, foi feito um novo pedido para adicionar cerca de 500.000 novos requerentes. A empresa observou que os detalhes completos das reivindicações ainda não foram recebidos e que o valor dos danos ainda não foi especificado¹⁷. No entanto, dada essa quantidade, é plausível que as opiniões das comunidades ouvidas pela LAPFF sejam razoavelmente representativas das opiniões mais amplas das comunidades em Mariana.

16 Na época da visita da LAPFF ao Brasil, havia três barragens de alto risco. A Vale emitiu um comunicado em 2 de dezembro de 2022, informando que a barragem B3/B4, localizada em Nova Lima (MG), foi retirada da condição crítica de segurança, pois o nível de emergência foi reduzido de 3 para 2.

17 <https://www.bhp.com/news/media-centre/releases/2023/03/update--united-kingdom-group-action>. A BHP também destacou que a o Grupo disponibilizou US\$3,122 bilhões para a Samarco mas que, devido às incertezas, a empresa não pode fornecer estimativas confiáveis dos resultados e dos custos finais. A empresa afirmou que continuará a defender o caso, mas que julga sua presença como dispensável, dado que se trata de uma duplicação do trabalho já realizado pela Fundação Renova, bem como pela ação legal nos tribunais brasileiros, ambos os quais estão aptos para lidar com as reivindicações. A BHP ressalta que a BHP Brasil se comprometeu com as compensações, reparações e reassentamentos gerenciados pela Fundação Renova e que, até o momento, já gastou US\$5,9 bilhões, com 70% dos casos de reassentamento concluídos.

Em um e-mail enviado à LAPFF, a BHP declarou: 'A maneira mais rápida e justa para todos os atingidos processarem e resolverem suas reivindicações é por meio dos programas estabelecidos e em andamento gerenciados pela Fundação Renova, os quais estão sendo supervisionados pelos tribunais brasileiros. Esse sistema continua ativo e efetuando pagamentos. Mais de 410.000 pessoas receberam mais de R\$13,5 bilhões (mais de US\$2,6 bilhões) em compensações e assistência financeira até o momento. Em relação ao impacto em nossa contribuição - novamente, as alegações com relação às nossas divulgações são altamente enganosas. Há muitos anos, incluímos apropriadamente em nossas contas um passivo contingente no que diz respeito à ação do Reino Unido. Nossa posição não mudou em relação ao que divulgamos nos resultados do H1. [Essas informações podem ser encontradas] nas páginas 40-45 da Divulgação de Resultados H1FY23, e nas páginas 140-144 (especificamente, 141) do [Relatório Anual de 2022](#), no qual você encontrará comentários sobre os passivos contingentes. Nossa alegação relativa à contribuição sustenta que, contrariamente à defesa da BHP, a BHP for ordenada a pagar danos, a Vale deverá contribuir com qualquer valor devido. Este foi um passo processual necessário, uma vez que a Vale não foi incluída como ré na ação no Reino Unido.'



Linha deixada pela lama em uma casa atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos em Mariana, foto registrada em 27 de Agosto de 2022



CONCLUSÕES PRINCIPAIS

Esta seção apresenta as principais constatações da investigação da LAPFF sobre a segurança de barragens de rejeitos no Brasil. As conclusões são resultantes das interações da LAPFF com membros e grupos das comunidades, representantes das empresas, bem como com acadêmicos, políticos e outros funcionários públicos durante a visita no Brasil. Pensando nos investidores, as constatações abaixo foram categorizadas como impactos sociais, ambientais ou de governança. No entanto, é importante observar que essas conclusões frequentemente se encaixam em várias categorias. Um foco especial foi dado às preocupações relacionadas aos direitos à água, uma vez que foram preocupações recorrentes, relevantes e consistentes em todas as comunidades visitadas.

Preocupações Sociais

Todas as comunidades visitadas pela LAPFF enfrentavam notáveis desafios sociais decorrentes da mineração. Em alguns aspectos, elas compartilhavam problemas semelhantes - embora em graus variados - além das preocupações específicas de cada comunidade, como descrito abaixo. As principais questões envolvem segurança física e mental, as práticas de engajamento praticadas pelas mineradoras para com as partes interessadas, a segurança das barragens de rejeitos - incluindo a capacidade de prevenir futuros rompimentos -, saúde, incluindo os impactos na saúde mental, e as falhas das empresas em considerar as necessidades culturais das comunidades atingidas.

“A Vale está de olho.”



Indivíduos atingidos em Mariana indicaram que esta seria uma câmera de vigilância da Vale usada para monitorar uma das comunidades, foto registrada em 24 de Agosto de 2022

Segurança

Até chegarmos ao Brasil, a LAPFF não havia percebido o quanto as preocupações com a segurança representam um problema para algumas das comunidades. Portanto, em respeito a essas questões, decidimos não mencionar os nomes das pessoas nem das comunidades neste relatório. As preocupações foram inicialmente expressas por meio de pedidos para fotografar e filmar as interações da LAPFF com as pessoas atingidas. Embora muitos membros das comunidades quisessem compartilhar suas histórias e torná-las públicas, eles estavam preocupados com possíveis retaliações, seja por parte das empresas envolvidas, ou por outros membros das comunidades que se supunha terem sido coagidos a apoiar, ou trabalhar para determinada empresa.

As preocupações com a segurança foram ainda mais graves em determinadas comunidades, chegando a incluir alegações de intimidação e ameaças feitas por certas pessoas em nome da Vale.

Portanto, as ameaças à segurança dos membros das comunidades atingidas pelas atividades de mineração no Brasil representam uma questão de grande preocupação para a LAPFF. Essas preocupações, conforme mencionado acima, incluem tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, bem como ameaças à segurança pessoal.

Em resposta às questões de segurança aqui identificadas, a Vale afirma que a Fundação Renova possui tanto um canal de Ouvidoria, quanto uma Ouvidoria externa para receber e lidar com as reclamações, incluindo as oriundas das comunidades, bem como uma área dedicada aos direitos humanos, cujos parâmetros estão incluídos nos regulamentos e no código de conduta da Vale. Esse processo também é, segundo relatos, parte obrigatória de todos os treinamentos para funcionários diretos, indiretos e fornecedores. Segundo a Vale, considerando que as obras, principalmente em reassentamentos, são as que potencialmente apresentam o maior risco de desrespeito aos direitos humanos, treinamentos e workshops são constantemente realizados e os indicadores de “manifestações e resoluções” são monitorados pela gerência superior da Fundação.

No entanto, a visão da LAPFF é de que esse processo parece não estar funcionando em relação às preocupações de segurança das comunidades.

Comunicação

Dois principais problemas de comunicação ficaram visíveis durante a viagem. O primeiro, e mais significativo, estava relacionado à falta de envolvi-



Placa mostrando o tamanho da desconfiança da comunidade de Brumadinho em relação à Vale, foto registrada em 18 de Agosto de 2022

mento efetivo entre as empresas e as comunidades atingidas. O segundo problema foi a falta de acesso à internet.

Envolvimento com as partes interessadas

As preocupações das comunidades em relação à falta de envolvimento, sobretudo a ausência de um envolvimento adequado, por parte das empresas, foram graves em todas as regiões visitadas pela LAPFF. Embora todas as empresas envolvidas - Anglo American, BHP e Vale - afirmassem veementemente que mantinham relacionamentos adequados com os membros das comunidades atingidas¹⁸, as pessoas com as quais a LAPFF se reuniu foram igualmente categóricas ao assegurar que as mineradoras não interagiam com elas da maneira adequada. Em alguns casos, a falta de confiança era tão profunda que, mesmo quando as empresas tentavam se aproximar das comunidades atingidas, seus moradores recusavam qualquer forma de interação com os representantes da empresa. Embora dois assentos do conselho consultivo na Fundação Renova tenham sido reservados para representantes das pessoas atingidas, esses cargos nunca foram preenchidos. De acordo com representantes da empresa, as comuni-

“A Vale quer que tudo isso seja esquecido e toma medidas para calar as pessoas.”

dades nunca indicaram representantes para esses cargos. No entanto, segundo os representantes das comunidades, eles nunca indicaram pessoas para esses cargos porque a percepção é de que as comunidades não teriam efetivo poder de decisão dentro da organização.

A LAPFF vivenciou três exemplos significativos que corroboram as preocupações das comunidades. Primeiro, a LAPFF tentou entrar em contato com a BHP para agendar uma reunião durante a visita ao Brasil. Essa solicitação foi categoricamente negada em todos os níveis da empresa, alegando um conflito de interesses que, na visão da LAPFF, não existe. Ao se comunicar com a BHP a respeito do relatório de mineração e direitos humanos da LAPFF, observou-se a falta de resposta por parte da empresa em relação às preocupações relacionadas às suas práticas, principalmente quanto ao impacto das joint ventures da BHP nas questões ambientais e sociais.

Em segundo lugar, os representantes da Vale pareciam não estar cientes dos problemas relacionados à água¹⁹ apontados pelos membros das comunidades atingidas em Mariana e Brumadinho, mesmo diante do fato de que tais preocupações foram incluídas no relatório de mineração e direitos humanos da LAPFF, o qual foi compartilhado e revisado pela empresa²⁰.

Em terceiro lugar, membros das comunidades próximas à barragem do Minas-Rio relataram que receberam informações de representantes da Anglo American de que o local onde a barragem de rejeitos foi construída abrigaria apenas “cavalos e árvores”. Eles também mencionaram que lhes foi prometido que a barragem não seria construída “mais alta”, mas isso acabou ocorrendo. Uma mulher com quem a LAPFF conversou se emocionou e começou a chorar enquanto nos contava que a empresa não havia compartilhado seus planos com ela. Ela disse que vivia com um medo constante de que a barragem viesse a se romper, e que ela e sua família temiam perder a vida.

A Anglo American respondeu que adquiriu uma participação na operação Minas-Rio em 2008-2009, período em que os processos de licenciamento, engajamento e construção já estavam em andamento. A empresa afirmou que a barragem é moderna, eficiente, e que possui um projeto de terraplenagem utilizando a tecnologia mais avançada, tendo sido construída de acordo com os mais altos padrões.

De acordo com a empresa, a construção da barragem do Minas-Rio é superior em nível de segurança quando comparada a uma simples barragem a jusante. A mineradora afirma que sua barragem de rejeitos é uma barragem de aterro, construída utilizando solo argiloso compactado e importado, e com materiais granulares cuidadosamente sele-

18 A Vale declarou que, no que se refere a Brumadinho, a empresa disponibiliza um Relatório de Reparação a cada trimestre. Além disso, a Vale declara que possui uma estrutura organizacional composta por 24 profissionais especializados em relações comunitárias, os quais estão constantemente ouvindo as necessidades das comunidades.

19 Em resposta, a Vale afirmou que “Várias ações são realizadas para o abastecimento, tratamento e distribuição de água previstos no Acordo de Reparação Integral, em conjunto com ações tomadas para a reabilitação de recursos hídricos.”

20 A Vale afirmou que, em relação a Brumadinho, a empresa possui um canal privado de comunicação com as comunidades chamado Sistema de Registro de Demandas que recebeu 129.080 demandas, das quais 99% já foram resolvidas.

“A empresa poderia ler o protocolo de consulta à comunidade.”

cionados para as zonas de drenagem e filtragem. A empresa ainda enfatizou que não utiliza rejeitos na construção da barragem e que os materiais de construção são cuidadosamente selecionados e dispostos em camadas controladas.

De acordo com a empresa, trata-se de um design bastante conservador para uma barragem de rejeitos, tendo sido projetada e construída como uma barragem de retenção de água. Segundo a Anglo American, a equipe do projeto Minas-Rio implementou um programa abrangente de gestão de segurança de barragens, conforme exigido pela Norma Técnica interna da Anglo American, pela legislação aplicável e alinhado às melhores práticas em todo o mundo. A mineradora afirma que esse processo inclui inspeções diárias, leitura de instrumentos em tempo real e inspeções geotécnicas pelo menos a cada 15 dias, além de inspeções trimestrais realizadas pelo Engenheiro de Registro. Além disso, a empresa afirma que um Painel de Revisão Técnica independente, composto por três engenheiros especialistas experientes, realiza uma revisão independente pelo menos uma vez por ano.

A Anglo American relatou alguns vazamentos em um oleoduto da operação Minas-Rio em 2018.²¹ No entanto, os representantes da empresa informaram à LAPFF que atualmente estão confiantes acerca da segurança da barragem. Em relação à barragem de rejeitos, a Anglo American confirmou categoricamente que nunca houve vazamentos e afirmou que a barragem está em conformidade com todas as auditorias necessárias para obter as declarações de estabilidade exigidas pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) no Brasil. Apesar dessas informações, os indivíduos atingidos com quem a LAPFF conversou no Brasil estão preocupados com o risco de rompimento da barragem.

O envolvimento com as comunidades também foi motivo de preocupação em outras áreas. Em conversas com as pessoas atingidas em Mariana e Brumadinho, surgiram alegações de que as empresas em questão estavam usando a justificativa de “obras emergenciais” para ignorar as opiniões das comunidades e seguir adiante com projetos indesejados.

Houve preocupações adicionais sobre o relacionamento das empresas com as partes interessadas, para além das comunidades. Por exemplo, devido ao número de trabalhadores que perderam a vida no rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho, há uma preocupação de que as empresas não estejam considerando adequadamente as necessidades ou interagindo devidamente com seus funcionários. As necessidades e o papel dos consumidores também não foram abordados nessas discussões.

Dito isso, a LAPFF tem preocupações sobre como a Anglo American, a BHP e a Vale estão interagindo - ou deixando de interagir - com as comunidades atingidas. A Anglo American afirmou ter requisitos muito detalhados em relação ao envolvimento das partes interessadas, incluindo a avaliação das vulnerabilidades sistêmicas das comunidades (economia, gênero, deficiência, etc.) e das vulnerabilidades induzidas pelo local (as pessoas poderiam se tornar mais vulneráveis devido à presença da Anglo American). No entanto, esse processo não ficou evidente para a LAPFF durante as discussões com as comunidades atingidas em Conceição do Mato Dentro.

Em Brumadinho e Mariana o nível de confiança claramente está muito aquém do necessário para que a Vale e os membros das comunidades atingidas possam se comunicar diretamente, e muito menor em relação a progredir de maneira adequada em tópicos como compensação e reparações. Os membros das comunidades rurais com os quais a LAPFF conversou parecem ter preocupações específicas quanto ao fato de serem negligenciados no processo de engajamento das partes interessadas. Ao que parece, muitas das questões fundamentais que persistem, poderiam ser resolvidas se a empresa se envolvesse de forma mais significativa com os membros das comunidades (e outras partes interessadas), e também com mais compaixão.

“A população está doente.”

Acesso à Internet

Em todas as três áreas visitadas pela LAPFF as comunidades atingidas afirmaram não ter acesso à internet. Essa falta de conexão à internet impediu a capacidade de resolver algumas das preocupações levantadas, como por exemplo, procurar por propriedades alternativas, apoiar suas reivindicações de reparação e manter contato com as pessoas que foram realocadas devido aos rompimentos das barragens e que, com isso, se mudaram para diferentes locais. A LAPFF também observou o desafio de garantir que esses indivíduos atingidos possam participar de webinars para compartilhar suas dificuldades, inclusive com os investidores. A Vale declarou que está implementando um programa chamado ‘Digital Brumadinho’²². Segundo informações, o programa tem como objetivo desenvolver uma solução de conectividade adequada para o município.

Saúde

Em todas as três regiões, as pessoas atingidas com quem a LAPFF conversou, frequentemente relacionaram os impactos na saúde à ausência de água limpa devido à contaminação. Além disso, houve outras preocupações de saúde mais abrangentes.

21 Veja neste [comunicado de imprensa](#) em inglês da Anglo American

22 O programa Digital Brumadinho está incluído no Acordo Judicial de Reparação Integral.

Contaminação da água

A BHP afirmou que “a água do rio Doce pode ser consumida pela população após passar por tratamento convencional, além de poder ser utilizada para abastecimento animal e irrigação, de acordo com parâmetros estabelecidos na legislação federal brasileira. Nos locais onde não há sistema público de tratamento de água, a Samarco e a [Renova](#) fornecem água potável para comunidades. Como parte do processo de reparação, a Renova também construiu 17 sistemas de tratamento de água, 18 adutoras e 15 sistemas de captação alternativa.

De acordo com a Vale, os sedimentos provenientes da barragem de Fundão contêm elementos que ocorrem naturalmente no solo (rico em ferro, manganês e alumínio), na areia (sílica) e na água. A Vale afirmou que os sedimentos foram caracterizados como não perigosos em todas as amostras, de acordo com os critérios da Norma Brasileira para a Classificação de Resíduos Sólidos²³. A empresa também citou os relatórios dos Estudos de Avaliação de riscos à Saúde Humana realizados nas regiões de Mariana (MG), Barra Longa (MG) e Linhares (ES), que demonstram que os metais decorrentes do rompimento da barragem do Fundão não representariam risco à saúde humana (<https://www.fundacaorenova.org/manejo-de-rejeito/>). Além disso, a empresa afirma que a água pode ser consumida após tratamento convencional. No entanto, em Mariana, houve reclamações sobre a falta de água para saneamento por parte dos indivíduos atingidos com os quais a LAPFF conversou. A LAPFF expressou a opinião de que estudos independentes devem ser realizados para resolver essa disparidade de pontos de vista.

Poeira

Segundo relatos, a poeira em Mariana e em Conceição do Mato Dentro está causando problemas de sinusite e, de forma mais ampla, problemas respiratórios. De acordo com a Anglo American, Conceição do Mato Dentro encontra-se a uma distância tão grande da operação Minas-Rio que as partículas de poeira não alcançariam as comunidades. A empresa afirmou que suas práticas estão em conformidade com as normas internacionais e limites de licenciamento, e que um programa de monitoramento da qualidade do ar encontra-se em vigor. No entanto, como mencionado em outras partes deste relatório, a LAPFF teve plena ciência dos altos níveis de poeira durante a visita a essa região. Além disso, os moradores das comunidades com os quais a LAPFF conversou notaram que a poeira está diretamente relacionada às atividades de mineração.

Preocupação es com Efeitos Crônicos na Saúde

Vários membros das comunidades em Mariana relataram um aumento no número de casos de câncer após o rompimento da barragem²⁴. Em Brumadinho, um líder comunitário explicou que muitos membros das comunidades estavam desenvolvendo diabetes devido à perda de acesso às suas fontes tradicionais de alimentos e à crescente dependência de alimentos processados. A saúde mental e a saúde das crianças foram outros dois pontos de grande preocupação mencionados pelos moradores das comunidades atingidas com quem a LAPFF conversou.

A dor que sentimos é infinita e não pode ser apagada.”

Saúde Mental

Em todas as localidades visitadas pela LAPFF, os membros das comunidades relataram problemas graves de saúde mental decorrentes de suas preocupações advindas com a atividade de mineração, especialmente com relação à segurança das barragens de rejeitos. Esses problemas incluíam ansiedade, depressão e outros distúrbios nervosos. A gravidade desses sintomas variava de acordo com a pessoa e a situação, mas, em todas as áreas, encontramos pessoas que choraram ao compartilhar os desafios que enfrentavam devido aos rompimentos das barragens de rejeitos ou, no caso do Minas-Rio, devido ao medo de que houvesse um rompimento, bem como pela percepção de que as empresas não se empenhavam de maneira significativa para prevenir, mitigar ou remediar os danos e/ou preocupações das pessoas atingidas. Por essa razão, essas pessoas não tinham confiança nas empresas envolvidas nem tinham qualquer esperança de que elas tomariam as medidas necessárias para resolver as preocupações levantadas.

O impacto na saúde mental foi particularmente notável em Brumadinho, onde o rompimento da barragem ocorreu há menos de quatro anos. Depoimentos de diversos membros das comunidades descreveram que viviam em um inferno permanente, que suas vidas haviam sido destruídas e que não conseguiam encontrar paz ou colocar um ponto final, entre outras dificuldades. Em uma sessão com um grupo de pessoas atingidas, uma mulher compartilhou que teve de realizar dois funerais para sua filha, à medida que mais membros e partes do corpo foram descobertos ao longo do tempo. Outro homem ficou profundamente abalado ao falar sobre a perda de sua filha em decorrência do rompimento da barragem; ele repetidamente mencionou ter considerado o suicídio.

23 Segundo a Vale, desde 2017 a Fundação Renova vem monitorando a água em 82 pontos e em 22 estações automáticas nos rios Doce, Gualaxo do Norte e Carmo, bem como em outros afluentes do rio Doce e nas áreas costeiras e estuários do Espírito Santo. Os dados da Renova supostamente indicam que, após o devido tratamento, a água do rio Doce seria adequada para consumo. A estação de tratamento de esgoto em Colatina, a rede de coleta em Sem Peixe, bem como as estações e a rede de coleta em São José do Goiabal foram concluídas e entregues pela Renova, além da adutora em Governador Valadares, que está nas etapas finais de construção.

24 A BHP afirmou que “isso é altamente contestado por muitos estudos científicos atualmente aguardando análise pelo Tribunal Federal Brasileiro.”



Escola de Mariana coberta de lama devido ao rompimento da barragem de rejeitos em 2015, foto registrada em 27 de Agosto de 2022

“Havia luto como uma comunidade coletiva, não apenas luto individual.”

Embora o tempo pareça ter, em certa medida, amenizado a dor em Mariana, a LAPFF encontrou pessoas que relataram ainda consultar psiquiatras e psicólogos para lidar com a ansiedade e a depressão²⁵. Muitas das pessoas com as quais a LAPFF se encontrou expressaram o desejo de ter suas vidas de volta. No entanto, é difícil ver como poderiam retomar suas vidas depois do que aconteceu. A luta de não ser capaz de seguir em frente ou superar o que ocorreu em 2015, parece estar comprometendo a capacidade das pessoas em considerar opções alternativas.

Mesmo em Conceição do Mato Dentro, onde a barragem do Minas-Rio permanece intacta, as pessoas com as quais a LAPFF teve contato demonstram uma ansiedade significativa em relação à proximidade da barragem. Embora as três empresas tenham afirmado possuir sistemas de sirenes de emergência em funcionamento, as comunidades atingidas não confiam nesses sistemas. Portanto, esta é uma área em que, na visão da LAPFF, as empresas poderiam se dedicar mais a ouvir e compreender as preocupações das comunidades, bem como a tomar medidas para reconhecer e aliviar suas ansiedades em relação às barragens de rejeitos. Essas preocupações também destacam a necessidade de aprimorar os procedimentos de alerta por meio das sirenes, bem como os de evacuação, conforme descrito abaixo.

Saúde das Crianças

Em todas as áreas visitadas pela LAPFF os membros das comunidades reclamaram sobre o impacto da

“Minha filha, que havia sido uma aluna nota 10, estava tão deprimida a ponto de não conseguir frequentar a universidade.”

mineração na saúde das crianças. Nas regiões em que as barragens de rejeitos se romperam, essas preocupações incluíam casos de depressão, levando seus filhos a ficarem incapazes de estudar ou até mesmo desempenhar suas atividades diárias, como em alguns casos em Mariana. Em Brumadinho, as crianças relataram que enfrentavam traumas por terem testemunhado o deslizamento da lama e a reação de pânico dos adultos, além dos impactos ambientais gerais decorrentes do atraso nas reparações e nas operações de mineração. Em Conceição do Mato Dentro, as preocupações das comunidades em relação aos impactos sobre as crianças estavam, em grande parte, ligadas à poeira e ao barulho provenientes das operações de mineração, que, segundo relatos, afetam a capacidade das crianças de respirar e desencadeiam distúrbios nervosos.

A Anglo American afirma possuir uma extensa rede de monitoramento e modelagem contínuos para controlar as emissões de ruído e a qualidade do ar. Os representantes da empresa reconheceram que, embora os níveis de ruído e poeira estejam dentro dos limites legais, a mineração pode ser perturbadora para indivíduos e comunidades. A Anglo American destacou que essa é a razão pela qual o reassentamento voluntário foi oferecido após inúmeras reuniões com as pessoas atingidas.

Perda da Renda

Em todas as três localidades os membros das comunidades falaram sobre a perda de renda devido às atividades de mineração. Em Mariana e Brumadinho essa perda se relacionava aos rompimentos das barragens de rejeitos. Especificamente em Brumadinho, os indivíduos atingidos mencionaram que não podiam mais cultivar árvores frutíferas devido à contaminação do solo e da água. Eles relataram que costumavam vender frutas dessas árvores para garantir seu sustento. No momento, embora algumas das árvores estejam crescendo, eles estão preocupados com a possibilidade de as frutas estarem contaminadas²⁶.

Em Mariana, os membros das comunidades com quem a LAPFF conversou expressaram preocupações em relação à topografia íngreme dos novos reassentamentos. A BHP afirmou que a localização dos reassentamentos foi escolhida pela comunidade por meio de um processo de consulta pública. Segundo

25 A BHP mencionou o trabalho que a Fundação Renova vem realizando para apoiar as necessidades de saúde mental das pessoas em Mariana que foram atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos.

26 De acordo com a Vale, em relação a Brumadinho, a empresa está desenvolvendo o programa de desenvolvimento agrícola, tendo como principal objetivo expandir a capacidade de produção e gerar renda para os agricultores em Brumadinho e em Mário Campos.

relatos, características como a qualidade do solo, o fornecimento e a qualidade da água, a facilidade de acesso e a proximidade da estrada para Mariana foram levados em consideração nesse processo.

A Vale afirmou que o processo de seleção do local foi altamente participativo, envolvendo visitas aos locais, construção de maquetes e, no caso de Bento, um processo de votação que elegeu o local com noventa e dois por cento dos votos. A empresa também alega que a área foi escolhida pela comunidade, com a Renova realizando estudos preliminares para analisar as condições do local. Esses estudos, de acordo com relatos, incluíram a avaliação da segurança geológica e a consulta prévia às comunidades antes de se escolher a área do reassentamento. De acordo com a Vale, a Renova tentou realizar terraplanagem para nivelar o terreno, mas não houve autorização por parte do órgão ambiental do governo do estado de Minas Gerais.

Os membros das comunidades com quem a LAPFF conversou explicaram que as comunidades originais se localizavam em áreas planas, o que permitia aos moradores criarem animais e cultivar certas árvores. No entanto, nos reassentamentos, devido ao terreno íngreme e irregular, não é possível manter o modo tradicional de agricultura. A preocupação da LAPFF, mais uma vez, é com a natureza inadequada da comunicação estabelecida entre as empresas e as comunidades com a finalidade

“Agora estamos tão pobres que não conseguimos pagar pela educação universitária dos nossos filhos.”

de determinar como os reassentamentos seriam construídos. Por exemplo, o ato de fornecer às comunidades conhecimento prévio sobre o terreno do reassentamento não necessariamente reflete um processo de consulta e consentimento livre, prévio e informado (CCLPI) das comunidades em relação à seleção do terreno. Embora o CCLPI seja aplicado no direito internacional em relação a grupos indígenas, a LAPFF considera ser uma prática recomendada em situações como a descrita acima.

Os membros das comunidades na região de Conceição do Mato Dentro também relataram a falta de oportunidades de trabalho, em parte devido a preocupações com os direitos de propriedade. Os representantes das comunidades com os quais a LAPFF conversou explicaram que, devido à dificuldade em obter os títulos de propriedade junto à Anglo American, eles consequentemente não conseguiam vender suas propriedades. Isso os impossibilitava de se mudarem para outras áreas onde encontrariam oportunidades de emprego viáveis, especialmente



Prédio derrubado pela lama do rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho, foto registrada em 18 de Agosto de 2022

quando a atividade de mineração ameaçava a saúde ou os meios de subsistência. A Anglo American declarou que incluiu dados sobre compras e empregos locais em seu Relatório Anual de Sustentabilidade.

A Vale implementou algumas medidas de desenvolvimento econômico, tanto em Brumadinho, quanto em Mariana²⁷. Em Brumadinho os representantes da LAPFF viram um parque local e uma cooperativa de alimentos desenvolvidos pela Vale. A empresa também apoia financeiramente um museu de arte, de renome internacional, o Inhotim, com o objetivo de integrar o turismo como uma indústria financeiramente viável para a cidade. Em Mariana, representantes da LAPFF ouviram alguns agricultores locais mencionarem o apoio oferecido pela Fundação Renova para promover suas atividades agrícolas²⁸. Dito isso, existem duas áreas de preocupação que precisam ser abordadas para melhorar a situação. Em primeiro lugar, há um consenso entre todas as partes de que é necessário fazer muito mais e de maneira mais ágil para colocar a vida das pessoas em regularidade. Em segundo lugar, especialmente em Brumadinho, não ficou claro se a empresa está implementando medidas em resposta às necessidades das comunidades locais, conforme determinado por meio de consultas apropriadas, ou se está implementando programas de filantropia corporativa não relacionados às necessidades fundamentais das comunidades.

De acordo com a Vale, no acordo de reparação integral de Brumadinho, “o governo do estado de Minas Gerais realizou uma consulta pública com os moradores dos 26 municípios atingidos pelo rompimento da barragem. As pessoas atingidas puderam indicar áreas prioritárias para investimentos em projetos de reparação socioeconômica em suas cidades.

O acordo firmado para Brumadinho prevê o procedimento de indicação e escolha dos projetos a serem desenvolvidos nos municípios atingidos pelo rompimento da barragem. Na primeira etapa, as próprias pessoas atingidas, com o auxílio de assessoria técnica, selecionam os projetos que preferem que sejam desenvolvidos. Na segunda, dentre os projetos escolhidos, o Estado e as instituições judiciais competentes selecionam aqueles que serão executados pela Vale. Em outras palavras, a Vale não tem participação na escolha dos projetos a serem desenvolvidos nos municípios”.

No entanto, as pessoas atingidas com as quais a LAPFF conversou afirmam que não foram devidamente consultadas e, em alguns casos, nem mesmo foram consultadas sobre o procedimento instituído e as prioridades de reparação. Como resultado, a LAPFF ainda tem dúvidas sobre como as comuni-

dades e seus membros estão sendo incluídos no processo, e como suas opiniões são incorporadas às políticas e práticas da empresa, sem prejuízo dos procedimentos e práticas governamentais²⁹.

Problemas relacionados à Propriedade

Os direitos de propriedade foram apontados como uma preocupação particular em Conceição do Mato Dentro, embora também estivessem presentes em Mariana e Brumadinho. Em Conceição do Mato Dentro vários membros das comunidades atingidas relataram que não receberam os títulos de propriedade que lhes permitiriam vender suas casas e se mudar para locais de sua preferência. Essa mudança seria motivada tanto por questões de saúde e conforto, quanto pela busca de oportunidades de trabalho. Além disso, eles relataram que as avaliações de terrenos e propriedades fornecidas pela Anglo American estão abaixo dos valores de mercado. Foi mencionado haver uma fórmula utilizada para determinar esses valores e que aparentemente coloca os proprietários em desvantagem.

De acordo com a Anglo American, os atrasos mencionados estão relacionados a processos administrativos burocráticos locais necessários para registrar os títulos de propriedade, bem como outros procedimentos. Um representante da empresa afirmou que essa situação está além do controle da Anglo American, mas é uma etapa crucial na qual a empresa está auxiliando as famílias para que possam obter a certificação de suas escrituras.

De acordo com a Anglo American, há vastas extensões de terra que historicamente pertencem a poucas famílias. Segundo relatos, outras famílias são autorizadas a viver nessas áreas caso produzam algo na terra. A Anglo American afirma que esse é um arranjo comum, mas considerado injusto. Como resultado, a mineradora ressaltou que frequentemente há poucos títulos de propriedade de terra, o que a leva a comprar esses títulos diretamente dos proprietários. O representante da Anglo American que discutiu esse assunto com a LAPFF indicou que esse processo afeta a forma como os membros das comunidades avaliam o conceito de padrões de vida justos. De acordo com informações, essa é a razão pela qual, após várias reuniões com as pessoas atingidas, a Anglo American optou por oferecer o reassentamento voluntário.

A empresa afirma que o reassentamento é um processo muito complexo e que faz todos os esforços para tentar evitá-lo. As vidas das pessoas estão sendo deslocadas. Um exemplo é o fato de que, ao fornecer a maioria dos serviços, a Anglo American acaba criando dependências de longa duração.

27 A BHP afirma que também realizou medidas de desenvolvimento econômico em Mariana.

28 A empresa declarou que “fomentar a economia local é um dos pilares das medidas reparatórias ainda em andamento pela [Fundação Renova](#)”.

29 Essa posição está de acordo com o Comentário do Princípio 11 nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, que declara: ‘A responsabilidade de respeitar os direitos humanos constitui uma norma de conduta global esperada de todas as empresas, independentemente de onde atuam. Isso ocorre independentemente das capacidades e/ou da disposição dos Estados em cumprirem suas próprias obrigações de direitos humanos, e não reduz tais obrigações. Trata-se de uma responsabilidade adicional que existe para além do cumprimento das leis e regulamentações nacionais de proteção aos direitos humanos.’

A Anglo American afirmou que houve alguns reassentamentos involuntários no passado e que algumas famílias tiveram que se mudar porque moravam onde a barragem de rejeitos estava localizada. Na época, de acordo com a empresa, as condições oferecidas às famílias para o reassentamento involuntário, incluindo a compensação, eram consideravelmente mais substanciais, dada a natureza involuntária do reassentamento. Segundo informações, o que a Anglo American oferece hoje é apenas um programa de reassentamento voluntário.

Um representante da Anglo American relatou à LAPFF que a condição para os reassentamentos é que ninguém será transferido para uma condição pior do que a que já está vivendo. De acordo com a empresa, os membros das comunidades podem escolher se querem ser realocados coletivamente, individualmente, para uma área urbana ou para uma área rural, e que, também, propriedades da Anglo American são oferecidas. Além disso, segundo informações, as pessoas atingidas realocadas para áreas urbanas recebem a mesma oferta de acomodação que os funcionários da Anglo American. Caso as comunidades não estejam satisfeitas com essas escolhas,

a Anglo American afirma que é dada às pessoas atingidas a opção de procurar outras áreas onde desejem morar.

A Anglo American afirmou que, quando as pessoas atingidas se deslocam para uma área de propriedade de terceiros, a mineradora verifica se o local escolhido é adequado. Segundo a empresa, a equipe responsável conhece cada família das comunidades, bem como os problemas socioeconômicos presentes. Antes de ocorrer a realocação, esta equipe realiza uma verificação da área para assegurar que o local de destino atenda às necessidades dos membros das comunidades e apresente uma infraestrutura adequada.

De acordo com a Anglo American, a adesão ao programa de reassentamento varia entre 68% e 98% das famílias da comunidade em questão, e pode diferir de uma comunidade para a outra. Segundo relatos, as pessoas não são obrigadas a aderir já que algumas podem preferir permanecer em suas comunidades originais. Em uma das áreas visitadas pela LAPFF a Anglo American informou que 84% das comunidades foram realocadas em locais de sua própria escolha.



Chão da casa coberto de lama devido à inundação do rio, Brumadinho, foto registrada em 19 de Agosto de 2022



Uma casa destruída pela lama em Mariana. À medida que descíamos o morro, as marcas ficavam cada vez mais altas nas laterais dos prédios, até que ficou claro que os prédios haviam sido cobertos pela lama, foto registrada em 27 de Agosto de 2022



Reassentamento de Paracatu de Baixo com a Vale e a Renova, foto registrada em 29 de Agosto de 2022 (quase sete anos após o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco)



Reassentamento de Paracatu de Baixo com a Vale e a Renova, foto registrada em 29 de Agosto de 2022 (quase sete anos após o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco)



Área na qual, segundo relatos, se localizavam as casas em Mariana e que atualmente encontra-se inundada, foto registrada em 27 de Agosto de 2022

Um desafio específico que a Anglo American disse estar enfrentando é o fato de que duas das comunidades visitadas pela LAPFF estão, segundo informações, localizadas em terras pertencentes a uma família muito rica da região. Consequentemente, de acordo com a empresa, é provável que as pessoas com quem a LAPFF se reuniu não possuam o título de propriedade da terra.

Nesse processo, a Anglo American afirma que realizou mais de 1.100 reuniões desde 2017, as quais se deram de diversas formas. Além disso, a empresa relata que cerca de 25 de seus funcionários se dedicam integralmente ao envolvimento com as comunidades. No que diz respeito ao acesso e ao reassentamento, a empresa também assegura que segue várias diretrizes em conformidade com padrões internacionais.

A mineradora afirmou que conta com diversas empreiteiras e firmas que fornecem treinamento e suporte agrícola, entre outros tipos de auxílio necessários para garantir um processo adequado e respeitoso. O representante competente da Anglo American com quem a LAPFF conversou, declarou que sua equipe conhece todas as comunidades, bem como cada pessoa que nelas vivem. A Anglo American afirmou que monitora essas famílias regularmente, mas que algumas pessoas levam mais tempo para encontrar um local adequado.

Oficiais da empresa afirmam que, frequentemente, quando as pessoas escolhem um local, se trata de terras herdadas diretamente de antepassados familiares. Esse fato pode atrasar a resolução da questão da propriedade, uma vez que há muitos herdeiros com direitos sobre aquelas terras. Segundo relatos, há suporte jurídico para lidar com essa situação. De acordo com a Anglo American, atualmente 64% dessas terras estão em processo de 'regularização', mas o fato de o processo não estar concluído não impede o acesso aos serviços sociais. A empresa também afirmou que oferece serviços, treinamento, assistência psicológica e outros tipos de apoio para as realocações, e que muitas pessoas utilizam esses serviços sociais, os quais dispõem de advogados

“Não há humildade por parte das mineradoras.”

locais e assessores técnicos independentes.

Em termos de resultados, a mineradora relata que a renda média aumentou em 64% em comparação com as localizações originais. De acordo com as pesquisas da Anglo American, 76% das pessoas realocadas afirmaram estarem satisfeitas ou muito satisfeitas com a mudança. No caso dos 24% restantes, a Anglo American destaca que realizou pesquisas para compreender os motivos das insatisfações dessas pessoas para com a realocação. A empresa reconhece que ainda há espaço para melhorias.

De acordo com a Anglo American, há uma série de fatores impactando o progresso dos reassentamentos no Minas-Rio. Por exemplo, a empresa afirma que leva bastante tempo para obter o título de propriedade e, por isso, algumas das famílias reassentadas na opção rural ainda estão aguardando seus documentos. A empresa declarou que suas avaliações não estavam abaixo das taxas de mercado e que foram realizadas de acordo com as taxas de reposição.

No caso de propriedades urbanas, a Anglo American afirma que contrata peritos independentes e indeniza as pessoas com 150% do valor da propriedade. A mineradora acredita, portanto, que deveria haver uma compensação suficiente para que as pessoas possam encontrar terras similares ou melhores onde quer que decidam se realocar. Havia um sistema chamado PMS, o qual era aplicado para o reassentamento involuntário. Devido à natureza involuntária do programa PMS, os critérios estabelecidos tendiam a ser mais favoráveis que o sistema atual, o PLO, que é o programa de reassentamento voluntário.

Apesar dos esforços da Anglo American, os indivíduos atingidos com quem a LAPFF se reuniu em Conceição do Mato Dentro afirmam que estão enfrentando dificuldades para obter propriedades



Visitando um nova moradia com a Vale e a Renova no reassentamento de Bento Rodrigues. “A única coisa que as pessoas pedem há sete anos é uma casa... as novas casas são lindas, mas não funcionam.” Foto registrada em 29 de Agosto de 2022



Linha deixada pela lama na parede de uma igreja em Mariana, foto registrada em 25 de Agosto de 2022

e moradias adequadas. Segundo relatos, eles ainda continuam lutando para encontrar empregos apropriados.

Em Brumadinho, vários membros das comunidades relataram que o assoreamento decorrente do rompimento da barragem fez com que o rio transbordasse, inundasse suas casas e jardins durante, e, após fortes chuvas.

Em Mariana, nos reassentamentos que visitamos, membros das comunidades atingidas parecem ter direitos sobre suas propriedades (ou seja, são proprietários das casas que foram construídas para eles e podem vendê-las para comprar outras propriedades, se assim desejarem), porém a topografia do terreno de reassentamento não é adequada aos seus estilos de vida tradicionais³⁰. Além disso, a entrega das casas no reassentamento está consideravelmente atrasada. Em muitos casos, suas antigas propriedades também foram completamente destruídas.

A BHP afirma que “Nesses casos, as famílias estão recebendo um dos quatro modos de compensação: reassentamento comunitário (Bento Rodrigues ou Paracatu de Baixo), reassentamento individual

(familiar), carta de crédito e pagamento em dinheiro para comprar uma nova propriedade, ou, em alguns casos, uma combinação dos modos citados”.

A Vale afirmou que “conforme exigido pelo TTAC [acordo legal de reparações], a comunidade participou do processo de seleção do local do reassentamento e estabeleceu critérios como qualidade do solo para plantio e criação de animais, fornecimento de água e proximidade de nascentes. O processo de seleção do local foi estruturado para estar em conformidade os Padrões de Desempenho da Corporação Financeira Internacional (IFC), prevendo, portanto, a participação da comunidade no design e na disposição das casas reassentadas, bem como nas instalações de uso comum.

No entanto, a LAPFF foi informada de que os membros das comunidades estão sendo pressionados pela Fundação Renova a aceitar uma compensação que não atende às suas necessidades, pois acredita-se que a opção escolhida por eles nunca será implementada. Uma conversa recente com representantes das comunidades indicou que várias pessoas sentem que estão enfrentando retaliação por

³⁰ Por favor, consulte os comentários da BHP e da Vale sobre essa questão na página 33. Conforme ressaltado por ambas as empresas, o processo de seleção do local foi altamente participativo e conduzido de acordo com os protocolos de participação pública. A Vale afirma que “o terreno aonde o reassentamento foi construído foi escolhida pelas famílias atingidas com o apoio do Ministério Público Estadual de Mariana”.

manifestarem suas preocupações sobre o assunto, e que essa pressão e retaliação teriam piorado desde a visita da LAPFF.

Membros das comunidades em cada uma das três áreas reclamaram dos impactos estruturais em suas casas. Em Mariana e Brumadinho, as casas foram completamente destruídas pelo rompimento das barragens de rejeitos e outras foram irreparavelmente danificadas, especialmente em Mariana. A LAPFF também pode constatar a altura das linhas que a enxurrada de lama deixou nessas casas, bem como nas igrejas das comunidades atingidas³¹.

Em Conceição do Mato Dentro, durante uma visita da LAPFF a um reassentamento, os indivíduos atingidos mostraram rachaduras graves nas paredes de suas novas casas, as quais, segundo eles, foram causadas por caminhões pesados que faziam o solo tremer ao passar. Além disso, a LAPFF ouviu relatos de que o projeto e a disposição das casas frequentemente não atendem às necessidades e/ou expectativas culturais das pessoas.

Impactos Culturais

A proteção dos direitos culturais e do patrimônio cultural foi uma preocupação fundamental para muitos dos membros das comunidades com os quais a LAPFF conversou. Por exemplo, tanto em Conceição do Mato Dentro, quanto em Mariana, as pessoas que tiveram casas construídas em áreas de reassentamento reclamaram que, embora as casas sejam estílicas, o projeto das casas não foi adequadamente discutido e acordado com elas. Em ambos os lugares, as pessoas se queixaram de que as casas não foram projetadas para atender às suas necessidades culturais. Em contraste, a Renova afirmou que as casas foram projetadas por arquitetos para refletir as necessidades de cada família. Já segundo a Anglo American, o recente processo de reassentamento em Conceição do Mato Dentro envolveu um engajamento significativo sobre a localização das habitações reassentadas e consultas a nível familiar acerca da disposição das moradias.

De acordo com a BHP e a Vale, não apenas o design, mas também o layout e os materiais das casas em Mariana são amplamente debatidos com as famílias, que contam com a assistência de arquitetos. Além disso, as mineradoras afirmam que todas as escolhas e aprovações dos projetos são feitas pelas próprias famílias. A BHP informou que o processo é

orientado pelos princípios de colaboração, no qual as famílias têm a responsabilidade de conduzir as decisões, incluindo o cronograma. Dessa forma, a Renova não pode iniciar a construção de uma propriedade até que a família esteja satisfeita e aprove o projeto. A Vale relata que as reuniões geralmente acontecem na presença de um membro da equipe de assessoria técnica independente, que, em caso de discordância, deve aconselhar as famílias no sentido de proteger seus melhores interesses. Além disso, a Vale destacou que a maioria das casas possui fornos a lenha tradicionais³². Esse processo de concordância sobre os locais e projetos foi considerado causa de atraso, o que tem tornado o processo de desenvolvimento ainda mais longo. Essa divergência entre as narrativas das comunidades e das mineradoras mais uma vez destaca a necessidade de melhora no envolvimento entre estas. É evidente que, independentemente da posição de cada parte, nem sempre é possível chegar a um consenso definitivo.

Uma queixa comum foi a de que as novas casas muitas vezes continham cozinhas fechadas,

Visitando um nova moradia com a Vale e a Renova no reassentamento de Bento Rodrigues. “A única coisa que as pessoas pedem há sete anos é uma casa... as novas casas são lindas, mas não funcionam.” Foto registrada em 29 de Agosto de 2022

Linha deixada pela lama na parede de uma igreja em Mariana, foto registrada em 25 de Agosto de 2022

quando os indivíduos atingidos precisavam – e estão habituados a – cozinhar ao ar livre, de acordo com seu modo de vida tradicional³³. Em Brumadinho e Mariana, os membros das comunidades explicaram que o impacto dos rompimentos das barragens nas fontes de água os impediu de usar a água para atividades recreativas, como faziam anteriormente. Em Mariana, as pessoas atingidas das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo ficaram profundamente descontentes com a forma como as mineradoras e a Renova trataram a preservação e restauração de suas respectivas igrejas. Segundo essas pessoas, as respostas das mineradoras desprezaram suas crenças e práticas religiosas³⁴. Com base nas observações da LAPFF, compartilhamos dessa mesma opinião. As empresas explicaram que a conduta adotada está em conformidade com as exigências das “autoridades”. No entanto, a LAPFF considerou a abordagem muito insensível em relação aos costumes e tradições das comunidades.

31 A Vale declarou o seguinte: “A Renova realiza o reparo constante das estradas e dos bens que são impactados pelas obras de reparação. Mas entendemos que, com relação às casas, há alguns casos que se encontram em disputa judicial e ainda aguardam a decisão do juiz. Além das obras de reforma previamente realizadas pela Renova, um grande número de casas foi inspecionado. A Renova também fornece moradia para as famílias cujas casas se encontrem sob alguma situação de risco”.

32 A Vale destaca ainda que “o Ministério Público Estadual de Mariana estabeleceu 81 diretrizes distintas, as quais devem ser observadas pela Fundação Renova com relação à entrega dos projetos. Houve uma participação maciça das famílias atingidas em todo esse processo, onde elas têm a possibilidade de escolher até mesmo os materiais da construção. Os projetos também precisam observar os critérios do alvará municipal”.

33 A BHP observou que nos reassentamentos da Renova, cozinhas ao ar livre são uma característica muito comum (além das cozinhas fechadas). Se as casas não têm cozinhas abertas, a BHP afirma que as famílias trabalharam com arquitetos no design das casas e aprovaram esses projetos.

34 A Vale declarou que a “Fundação Renova administra uma estrutura que guarda e restaura quase 1.000 peças arqueológicas encontradas nas comunidades atingidas. Mais de 90% das peças foram encontradas nas igrejas e pertencem a elas. A restauração das peças deve ser aprovada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o que contribui para a demora do processo. Além disso, o destino final das peças deve ser acordado com a Igreja e a comunidade quando as obras das novas igrejas forem concluídas. O mesmo procedimento se aplica à restauração das igrejas originais.

Preocupações Ambientais

“A degradação ambiental e a perda de vidas são o legado [das mineradoras].”

Com base nas conversas que tiveram com a LAPFF, percebe-se que as preocupações das pessoas atingidas em relação ao meio ambiente estão intrinsecamente ligadas às preocupações sociais. Em vários casos, é notável que as questões ambientais são a raiz das preocupações sociais. Por exemplo, o direito a uma vida digna foi considerado comprometido devido à contaminação do solo e das fontes de água. O impacto ambiental foi um dos pontos que apresentou a maior discrepância de opiniões entre as mineradoras e as comunidades, destacando a urgente necessidade de avaliações independentes de impacto social e ambiental como ponto de partida para uma remediação adequada.

Água

Em todas as comunidades visitadas pela LAPFF, a questão da água foi uma das principais preocupações abordadas. O comentário geral nº 15 (2002) do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas declara que “[a] contínua contaminação, o esgotamento, e a distribuição desigual dos recursos hídricos estão exacerbando a pobreza já existente” e que “[o] direito à água consiste que todos tenham água suficiente, potável, fisicamente acessível e a preços razoáveis para usos pessoais e domésticos”³⁵. Durante a visita da LAPFF, tornou-se evidente a presença de irregularidades em todas essas áreas. Os problemas abrangiam desde a qualidade da água até a quantidade suficiente de água potável (algo que, segundo relatos, teria sido agravado pelas mudanças climáticas), além da possibilidade de utilizar as fontes de água para atividades de lazer.

A BHP faz referência a estudos empíricos, como o Relatório Newfields elaborado para o Departamento de Saúde do Estado de Minas Gerais em novembro de 2019. De acordo com a mineradora, o relatório concluiu que os níveis de metais nas áreas dos municípios por onde o rejeito passou, em novembro de 2015, não excederam os limites permitidos pela Resolução CONAMA 420/2009 e, por isso, não aconselhou restrições à agricultura, ao consumo de água (desde que tratada) ou à remoção de moradores das áreas atingidas.

“A última comunicação foi de que o rio é inofensivo e não há contaminação, mas sabemos que isso não está certo porque os exames de sangue mostram o contrário - náusea, vômito, sangramento no nariz - isso nunca aconteceu antes.”

Entretanto, uma das preocupações mais significativas manifestada pelos membros das comunidades com os quais a LAPFF conversou diz respeito à falta de independência dos empreiteiros locais em relação à mineradora. Além disso, eles apontam que as experiências vivenciadas pelos membros das comunidades atingidas não correspondem às conclusões dos relatórios encomendados pela empresa. Considerando esses pontos, a LAPFF expressa o desejo de que sejam conduzidas investigações independentes tanto acerca da qualidade da água quanto dos demais impactos ambientais.

Disponibilidade

“O abastecimento de água para cada pessoa deve ser suficiente e contínuo para usos pessoais e domésticos. Esses usos normalmente incluem consumo, saneamento, lavagem de roupas, preparação de alimentos, higiene pessoal e doméstica... é possível que alguns indivíduos e grupos necessitem de recursos hídricos adicionais devido à saúde, clima e condições de trabalho.”

(UN CESCR, Comentário Geral 15)

A água da torneira no Brasil geralmente não é potável. Por exemplo, os representantes da LAPFF tiveram que beber água engarrafada durante sua viagem. Assim sendo, a água potável não está disponível através de uma torneira para toda a população. Não obstante, nas comunidades visitadas pela LAPFF, a sobreposição entre as práticas de mineração e agricultura na região parece ter criado necessidades e preocupações específicas com relação à água.

³⁵ Parágrafo 2 do [Comentário Geral nº 15](#) do CESCR.

Todas as comunidades visitadas pela LAPFF manifestaram preocupações quanto à escassez de água. Segundo elas, em cada respectiva comunidade, a mineração é responsável pela redução da quantidade de água utilizável, tanto para fins pessoais quanto domésticos, o que inclui consumo e higiene. Esses usos também incluíam água para uso animal e irrigação, tanto nos territórios originais quanto nos reassentamentos em construção³⁶.

Em Conceição do Mato Dentro, essa preocupação ficou evidente com as descrições das garrafas de água fornecidas pela Anglo American para solucionar a escassez de água potável disponível para as comunidades. Esse arranjo se efetivou mesmo diante do número de nascentes de água existentes na região, as quais as comunidades acreditam estarem limpas em suas origens. Além disso, os membros das comunidades expressaram a falta de confiança na qualidade da água engarrafada fornecida pela mineradora.

De acordo com a Anglo American, em uma das

comunidades visitadas pela LAPFF, os proprietários das terras não permitiram que a mineradora adentrasse em seus terrenos para resolver o problema da água. A empresa relatou que levou anos para conseguir entrar na propriedade “para resolver o que havia acontecido antes”. A Anglo American afirma que tinha a intenção de agir corretamente e que precisava de autorização do sistema legal para obter acesso à propriedade, uma vez que não possuía permissão para adentrar o terreno. A empresa reconhece que a situação relacionada à água na comunidade em questão não é favorável e assegura que está empenhada em buscar soluções para esse problema.

Em Brumadinho e Mariana, há indícios de que os membros das comunidades acreditem que a disponibilidade de água esteja relacionada à redução da sua qualidade, resultado tanto do rompimento das barragens de rejeitos quanto, de maneira mais geral, da atividade mineradora, conforme será detalhado adiante. Além disso, os membros das comunidades em Mariana também ressaltaram a necessidade do

³⁶ De acordo com a Vale, desde 2019, em Brumadinho e na região da bacia do Paraopeba, foram entregues 136 sistemas de tratamento de água e perfurados 52 poços artesianos para fornecimento de água potável, além da perfuração de 115 poços artesianos estarem em andamento. A empresa também informa que disponibilizou nessa mesma região 785.000.000 litros de água para consumo animal.



10 Rio contaminado pela lama em Brumadinho, foto registrada em 19 de Agosto de 2022



Bebedouro no museu Inhotim em Brumadinho, foto registrada em 19 de Agosto de 2022

fornecimento de água engarrafada para suprir as necessidades das comunidades após o rompimento da barragem de rejeitos.³⁷

Qualidade

“A água necessária para cada uso pessoal ou doméstico deve ser potável, portanto, não deve conter microrganismos, substâncias químicas ou radioativas que possam representar uma ameaça à saúde das pessoas. Além disso, a água deve ter cor, odor e sabor aceitáveis para cada uso pessoal ou doméstico.”

(UN CESC, Comentário Geral 15)

Em Conceição do Mato Dentro, os representantes da LAPFF foram levados a um rio que fica à beira de uma residência familiar. A família afirmou que esse rio havia sido contaminado devido ao vazamento da barragem do Minas-Rio, tornando-o inadequado para o consumo. A Anglo American, por sua vez, declarou

que nenhum rio foi contaminado pela barragem do Minas-Rio.

Em Brumadinho, a LAPFF teve conversas com membros das comunidades atingidas, os quais relataram que a água que utilizam havia sido contaminada devido ao rompimento da barragem do Córrego do Feijão em 2019. Durante a visita à região, a LAPFF observou um rio bastante turvo e enlameado, tendo sido informada de que além das incertezas quanto à pureza da água do rio para consumo e cultivo de alimentos, os indivíduos atingidos já não podiam mais utilizar o rio para atividades recreativas. A Vale questionou essa afirmação, alegando que o rio já apresentava água imprópria para consumo antes do rompimento da barragem.

A LAPFF já ouviu alegações semelhantes tanto da mineradora Glencore, no Peru, quanto da mineradora Anglo American, na Colômbia. Em ambos os casos, membros das comunidades afirmam que a mineração está poluindo suas fontes de água, enquanto as empresas alegam que a água é naturalmente imprópria para consumo. A visão da LAPFF é que a realização de um teste independente da qualidade da água é imprescindível. A Vale solicitou que essa revisão inclua uma avaliação do impacto do rompimento da barragem de rejeitos. No entanto, é importante ressaltar que, caso as minas estejam poluindo e continuem a poluir a água, as avaliações devem considerar todas as atividades de mineração e não somente o rompimento das barragens.

Acessibilidade

“A água e as instalações e serviços de água devem ser acessíveis a todos, sem qualquer forma de discriminação, dentro da jurisdição do Estado-parte.”

(UN CESC, Comentário Geral 15)

Esta categoria abrange a não-discriminação e a acessibilidade física, econômica, e à informação.

A LAPFF foi alertada sobre um museu de arte ao ar livre de renome internacional localizado em Brumadinho, chamado Inhotim, para o qual a Vale contribuiu significativamente financeiramente. Este museu tinha gramados verdes exuberantes e muitas fontes de água potável. Embora os representantes da LAPFF tenham ficado impressionados com a contribuição da Vale para esta atração cultural, até mesmo como um recurso para o desenvolvimento econômico da comunidade local, isso levantou a questão de por que a empresa destinou uma quantia significativa de dinheiro a este museu, aparentemente sem ter atendido às declaradas necessidades das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos.

³⁷ Neste contexto, a Vale reiterou que a Fundação Renova possui um programa de monitoramento da qualidade das águas do Rio Doce, e estudos recentes mostram que as condições atuais do rio são similares às existentes antes do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão. A mineradora também reforçou que “a Renova compensou mais de 320.000 pessoas pela questão relacionada à água”. A BHP, por sua vez, reafirmou que “no caso de Mariana, a Renova construiu ou reformou 20 sistemas completos de tratamento de água em 11 municípios, 18 adutoras e 15 sistemas alternativos de captação”.

A Vale afirmou que o valor investido no museu não afeta o que a Vale tem feito para atender às necessidades das comunidades atingidas. A mineradora explicou que em 2022, a parceria entre Inhotim e Vale estava em vigor há 10 anos e que a Vale fez esses investimentos com o objetivo de desenvolver a região no âmbito cultural e social, bem como promover o turismo local. Embora a LAPFF incentive o apoio da Vale às artes e ao desenvolvimento econômico, ela está preocupada que as percepções em torno desses gastos possam agravar as desconfiças existentes entre a mineradora e as comunidades atingidas, especialmente considerando que as necessidades locais relacionadas à água ainda não foram solucionadas.

Em Mariana, as preocupações das comunidades são semelhantes às de Brumadinho. As alegações são de que o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco contaminou as fontes de água locais, assim privando as comunidades atingidas de terem acesso a água potável, suficiente, fisicamente acessível e financeiramente viável para uso pessoal e doméstico. Os membros das comunidades com quem a LAPFF conversou acreditam que a mineração continua a contaminar suas fontes de água.

A BHP declarou que o Rio Doce é monitorado em 92 pontos e que os dados estão disponíveis ao público. De acordo com a mineradora, o governo já declarou que o maior problema no Rio Doce é o despejo de esgoto bruto ao longo de sua extensão, o que seria um problema histórico. A BHP ressalta que a [Fundação Renova](#) disponibilizou, como parte de um fundo de doação independente, cerca de R\$ 720 milhões para projetos de saneamento, dos quais R\$ 600 milhões são destinados ao tratamento e saneamento de esgoto, e R\$ 120 milhões à disposição adequada de resíduos sólidos urbanos em 39 municípios.

A LAPFF faz notar a contribuição da BHP, porém novamente reitera que espera ver os resultados de um monitoramento independente. Além disso, a LAPFF está preocupada que os gastos não estejam proporcionando os resultados esperados. Os investidores têm uma preocupação legítima com o fato de as mineradoras estarem gastando dinheiro que não esteja tendo um impacto efetivamente positivo, ou cujo impacto seja extremamente limitado. Isso significa que o dinheiro está sendo desperdiçado quando poderia ter sido direcionado para melhorias operacionais ou distribuído como dividendos. Há também uma preocupação adicional com o fato de a BHP, a Vale e a Fundação Renova terem criado novas fontes de água que estão situadas em locais inadequados para as comunidades atingidas. (ver foto na p. 34)

No que diz respeito às preocupações de acessibilidade física, os representantes da LAPFF viram um rio em Paracatu de Baixo no qual o assoreamento havia interrompido o seu fluxo. As comunidades atingidas que conversaram com a LAPFF atribuíram esse assoreamento às práticas de mineração e ao rompimento da barragem de rejeitos em Mariana. A LAPFF apontou o problema aos representantes da

mineradora com quem, em um momento posterior da viagem, visitaram o rio. Na oportunidade, a LAPFF sugeriu uma solução, dado que a Presidente da LAPFF possui conhecimento nessa área. Como a BHP não estava presente com a LAPFF no Brasil, a empresa declarou, em resposta a este relatório, que tem evidências técnicas de que todos os rios afluentes impactados pelo rompimento da barragem do Fundão já foram recuperados, conforme atestado pelos órgãos reguladores ambientais. A mineradora afirma que o assoreamento ocorre naturalmente na região, devido às suas características geográficas, e que não há evidências técnicas de assoreamento resultantes do rompimento da barragem depois que os afluentes foram recuperados. O presidente da LAPFF sugeriu que havia uma solução relativamente fácil e de baixo custo; a questão era quem assumiria a responsabilidade e o ônus de consertar o problema. Até o momento, não se sabe se este problema foi resolvido.

Em termos de preocupações com a acessibilidade econômica, se as pessoas atingidas forem obrigadas a utilizar água mineral engarrafada em vez de fontes naturais de água para suas necessidades pessoais e domésticas, elas incorrerão em custos adicionais para ter acesso à água. Esse custo compromete a acessibilidade econômica dos membros das comunidades atingidas.

Na opinião da LAPFF, o exemplo acima referente ao Inhotim sugere que a Vale pode estar priorizando o uso de água limpa e acessível para consumidores mais ricos (não foi barato obter acesso ao Inhotim) em vez de todos os residentes. Portanto, as preocupações de acessibilidade econômica também levantam preocupações quanto à ausência de discriminação em relação ao acesso à água.

O acesso às informações sobre a água estava relacionado a uma preocupação mais ampla levantada por todos os membros das comunidades atingidas com quem a LAPFF conversou. Essa preocupação dizia respeito ao fato de que as empresas não se comunicavam adequadamente - se é que o faziam - com as comunidades sobre quaisquer questões de direitos humanos ou ambientais que as afetassem, e essa falta de comunicação incluía problemas relacionados à água.

Qualidade do ar

As áreas de mineração são, por natureza, extremamente empoeiradas devido às atividades de mineração. Portanto, não é de se surpreender que todas as pessoas com quem a LAPFF conversou nas comunidades atingidas tenham reclamado da qualidade do ar, frequentemente associada à poeira. Em Conceição do Mato Dentro, a poeira era tão espessa que os representantes da LAPFF muitas vezes não conseguiam ver a estrada à sua frente enquanto eram conduzidos. A vegetação à beira da estrada também estava coberta por uma poeira grossa de cor vermelho-ferrugem. Essa camada de poeira contrastava com os níveis insignificantes de poeira que os representantes

da LAPFF observaram ao dirigir por uma reserva natural na região. Em Brumadinho e Mariana, um representante da LAPFF optou por usar uma máscara ao visitar certas comunidades porque a poeira era tão espessa a ponto de ser desconfortável respirar.

Os membros das comunidades sugeriram que a poeira era, em parte, resultado dos caminhões de mineração que passavam por suas casas. Em um caso em Mariana, um caminhão passou em algumas ocasiões para molhar a estrada como forma de diminuir a poeira. No entanto, as comunidades observaram que essa prática não era comum e questionaram se isso havia sido um esforço adicional devido à visita da LAPFF.

“O solo agora está escuro por conta da contaminação - ele não costumava ser escuro... antes era areia, não lama.”

Solo

A contaminação do solo era outra preocupação para as comunidades atingidas que visitamos, especialmente para aqueles em Brumadinho e Mariana. Esses membros das comunidades estavam preocupados que os rompimentos das barragens de rejeitos tenham contaminado o solo de tal forma que sua saúde e meios de subsistência tenham sido colocados em risco. Em Brumadinho, vários indivíduos atingidos apontaram como evidência o fato de que o solo brilhava, o que indicaria que os depósitos de mineração causaram a contaminação. Eles acreditam que essa contaminação levou ao aumento das taxas de doenças e comprometeu a capacidade de cultivar árvores frutíferas, que antes eram cultivadas como fonte de renda. A Vale alegou que, com base em

estudos por ela encomendados e que estão em curso, o solo está limpo e pode ser usado para o cultivo de alimentos³⁸. A LAPFF viu um exemplo de uma zona florestal gerenciada, localizada no caminho da lama, onde um agricultor afirmou que o solo não estava contaminado. No entanto, a LAPFF entende que esses estudos são objeto de disputa por algumas partes.

Em Mariana, houve preocupações semelhantes com relação à contaminação dos depósitos de mineração, especialmente por parte dos membros da comunidade de garimpeiros de ouro com os quais os representantes da LAPFF se reuniram³⁹. No entanto, não ficou claro se suas preocupações decorriam da mineração em geral ou especificamente do rompimento da barragem de rejeitos.

Mudanças Climáticas

Em todas as regiões visitadas pela LAPFF, havia preocupações sobre o impacto das mudanças climáticas, particularmente sobre os recursos hídricos. A percepção geral era de que as empresas envolvidas não estavam levando em conta as mudanças climáticas devido à forma como utilizavam a água e de como esse uso estava impactando as comunidades atingidas. Essa falta de consideração tem efeitos em cascata sobre a viabilidade das comunidades atingidas cultivarem alimentos e desenvolverem a pecuária, conforme necessário, para manter seus meios de subsistência e modos de vida.

Isso posto, a Samarco mudou significativamente a forma como utiliza a água, de modo que, segundo representantes da mineradora, ela está reciclando cerca de oitenta e sete por cento da água utilizada em seu sistema operacional. A BHP esclareceu que, por meio do programa de filtragem da Samarco, os rejeitos são filtrados e empilhados a seco, e a água é então novamente utilizada nas operações.

38 Veja o comentário anterior da Vale sobre a contaminação do solo na pág. 30.

39 A BHP declarou que não está envolvida com mineração de ouro em Mariana.

Preocupações com a Governança

“A lama parecia um bolo de chocolate antes de assar, levando tudo com ela.”

As constatações sociais e ambientais mencionadas acima, provenientes da visita da LAPFF, são, na opinião da mesma, em grande parte o resultado de algumas práticas de governança deficitárias por parte da Anglo American, BHP, Vale, Samarco e Fundação Renova. A LAPFF reconhece as tensões existentes entre os acordos relacionados aos desfechos relativos a Mariana/Samarco. No entanto, é evidente que existem práticas comuns subjacentes. Essas práticas incluem preocupações contínuas sobre a supervisão e segurança das barragens de rejeitos; falta de prestação de contas e falta de responsabilização pelos impactos sociais e ambientais resultantes das operações de mineração; liderança organizacional precária, incluindo conflitos de interesse significativos dentro das equipes de liderança; e processos de sustentabilidade questionáveis.

Supervisão e Segurança das Barragens de Rejeitos

A segurança das barragens de rejeitos mostrou-se uma preocupação constante em todas as regiões

visitadas pela LAPFF. No entanto, observou-se uma grande diferença na natureza das preocupações. Primeiramente, em Conceição do Mato dentro, as comunidades que vivem no entorno da barragem do Minas-Rio estavam preocupadas com a possibilidade de rompimento, mas a barragem não entrou em colapso como aconteceu com as barragens em Mariana e Brumadinho. Em segundo lugar, como mencionado acima, a barragem do Minas-Rio é de construção a jusante, enquanto as barragens Fundão (Mariana) e Córrego do Feijão (Brumadinho) foram construídas a montante, um método mais preocupante. Ficou claro, no entanto, que o fato de a barragem do Minas-Rio não ter se rompido não garante conforto aos membros das comunidades em seu entorno.

O desconforto dos membros das comunidades que conversaram com a LAPFF decorre, em parte, do fato de que no passado a barragem já tenha apresentado vazamentos. Embora um comunicado de imprensa divulgado pela Anglo American em 2018 confirme que houve alguns vazamentos no oleoduto de exportação relacionados à Minas-Rio, a mineradora afirma categoricamente que a barragem de rejeitos nunca vazou. A LAPFF não tem elementos para confirmar se os membros das comunidades estavam se referindo aos vazamentos do oleoduto



Painel em Brumadinho com fotos de todas as pessoas que morreram em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos em 2019, foto registrada em 16 de Agosto de 2022



Local da morte de Antônio Preto em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em 2015. Segundo relatos, ele teria sido encontrado em posição fetal, com os braços cobrindo a cabeça, morto pelo deslizamento da lama de rejeitos. Foto registrada em 27 de Agosto de 2022

ou a outro incidente que eles acreditavam ser um vazamento da barragem de rejeitos⁴⁰.

A Anglo American indicou que a sua barragem é mais segura do que as barragens que se romperam em Mariana e Brumadinho, pelo fato de ser, ao contrário das duas últimas, uma barragem de construção a jusante. Atualmente, a construção de barragens a montante está proibida pela legislação brasileira⁴¹.

No entanto, ficou muito evidente para a LAPFF que trabalhos de reparação ou manutenção corretiva, de grande porte, estão ocorrendo em pelo menos dois locais da mina Minas-Rio - um na parede da barragem ou em um ponto próximo a ela e outro na face da mina. Com base nas conversas com os membros das comunidades, a LAPFF entende que há um risco/ presença significativa de detritos no rio ao sul da parede/frente da mina. No entanto, a Anglo American afirma que não há risco significativo de detritos provenientes da barragem.

De acordo com a Anglo American, a mineradora adota padrões de melhores práticas que são aplicados com extremo cuidado no gerenciamento de suas barragens de rejeitos, por meio de uma governança e supervisão rigorosas. A mineradora afirma que está conduzindo análises adicionais, incluindo a identificação de testes apropriados, tanto laboratoriais quanto de campo, para aprimorar a compreensão de suas barragens de rejeitos construídas a montante, bem como de seus respectivos materiais. Além disso, a Anglo American afirmou que está equipando essas estruturas com sistemas de instrumentação de ponta de modo a fornecer uma linha de defesa adicional. Por fim, afirmou que os conhecimentos adquiridos e os dados coletados serão incorporados aos procedi-

mentos de análises de estabilidade e deformação de suas instalações de armazenamento de rejeitos (TSFs, em inglês) e, quando necessário, para a definição de medidas adequadas de mitigação de riscos.

A Anglo American afirma que, em todas as jurisdições onde opera, seus requisitos de inspeção de barragens de rejeitos, conforme estabelecidos nos Padrões Técnicos do Grupo, atendem ou superam os requisitos regulatórios. A empresa relatou que realiza inspeções diárias e quinzenais, além das inspeções trimestrais conduzidas por empresas de consultoria especializadas. De acordo com suas declarações, há também inspeções anuais feitas pelo Engenheiro de Registro, as quais estão sujeitas a revisões externas independentes.

A Anglo American afirma que contrata os melhores especialistas técnicos do mundo em design, construção, monitoramento, inspeção e auditoria quando se trata de suas instalações de rejeitos, garantindo a aderência aos rigorosos Padrões Técnicos do Grupo em todas as operações que administra. Além disso, a empresa afirma que, por meio de seus programas FutureSmart Mining™, que pesquisam inovações e novas tecnologias, está explorando o empilhamento a seco de rejeitos, processo no qual a água é praticamente eliminada da pilha – o que melhora as taxas de reciclagem de água e torna as barragens mais seguras.

A Falta de Clareza nos Procedimentos de Evacuação

Os membros das comunidades em Conceição do Mato Dentro não demonstram ter confiança na barragem, mesmo esta sendo de construção a jusante. Essa falta de confiança ocorre, em parte, devido à falta de clareza sobre as zonas de segurança para onde as pessoas devem se locomover, caso a sirene seja acionada para alertar um rompimento de barragem, e pela ausência de uma consulta eficaz sobre as opções de reassentamento.

A Anglo American afirmou que desde 2016 está envolvida em consultas relacionadas a um possível reassentamento das comunidades a jusante da barragem. Segundo relatos, essas consultas serão retomadas em 2023, permitindo uma condução que não seja apressada, mas sim adequada para um planejamento bem pensado. De acordo com a Anglo American, um programa de realocação voluntária foi estabelecido em 2017, e oferecido às comunidades em questão.

Em relação aos procedimentos de evacuação, a mineradora afirma que deseja colaborar com as comunidades para que estas auxiliem na identificação e monitoramento de impactos, além de possuir diretrizes específicas para o enfrentamento de emergências. Segundo informações, anualmente, realiza-se pelo menos uma simulação presencial na barragem do Minas-Rio e comunidades são consultadas, no mínimo anualmente, sobre os procedimentos

40 <https://www.angloamerican.com/media/press-releases/archive/2018/03-04-2018#>

41 <https://www.fastmarkets.com/insights/upstream-tailings-dams-banned-in-brazil-following-vale-incident>

de emergência e os planos de ação relacionados a um possível rompimento da barragem de rejeitos. A Anglo American acrescenta que se envolve com partes locais interessadas para desenvolver planos de resposta a emergências não apenas para desastres com rejeitos, mas também para outros tipos de emergências que possam ocorrer.

A mineradora também mencionou seu papel na implementação do Padrão Global da Indústria para a Gestão de Rejeitos (GISTM), lançado em 2020. Todas as três mineradoras citadas neste relatório afirmam estar trabalhando para aderir a esse padrão. Mais detalhes sobre como a Anglo American conduz a gestão de rejeitos podem ser encontradas no site da empresa, bem como em seus relatórios anuais.

Apesar de a LAPFF reconhecer esses procedimentos, nos parece que há falhas em sua implementação. Como exemplo, a LAPFF possui um vídeo gravado em uma das áreas próximas à Minas-Rio que apresenta imagens de uma zona de evacuação que parece estar atrás de um portão trancado, o que poderia ser comparado a uma escada de incêndio trancada.

Em relação a Mariana e Brumadinho, as comunidades atingidas relataram que as empresas envolvidas não haviam fornecido instruções claras de evacuação. Em Mariana, os membros atingidos afirmaram que as empresas também não os alertaram sobre o rompimento da barragem. Em Brumadinho, os membros das comunidades alegaram que a Vale já tinha conhecimento da probabilidade do rompimento há algum tempo e não tomou medidas para alertar as pessoas atingidas ou evitar a perda de vidas que ocorreu.

A Vale afirma que possui Planos de Ação de Emergência (PAEBM) que são compartilhados com as comunidades e que contêm procedimentos a serem seguidos na ocorrência de algum incidente ou aumento da probabilidade de ruptura ou rompimento efetivo da barragem. A mineradora também afirma



Placa de evacuação caída em Mariana, foto registrada em 27 de Agosto de 2022

“As pessoas estão sofrendo em dobro devido ao medo de um outro rompimento de barragem”

realizar regularmente simulações de evacuação com as comunidades. No entanto, os representantes da LAPFF observaram que, muitas vezes, os sinais de evacuação eram confusos ou ausentes em todos os três locais. De acordo com uma moradora de Brumadinho, ela viu a poeira do rompimento da barragem e sua vizinha a aconselhou a correr, mas ela não sabia para onde ir porque não havia sinalização - e ainda não há.

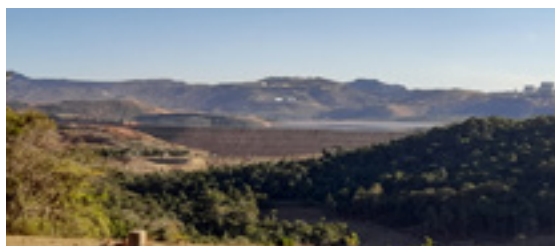
“Todas essas pessoas estavam ali para morrer; elas simplesmente não sabiam disso.”

Prevenção de Futuros Rompimentos

A esta altura, a Vale está claramente tomando medidas para aprimorar a segurança das barragens e garantir que as pessoas e o meio ambiente não enfrentem os mesmos impactos dos rompimentos de barragens ocorridos em 2015 e 2019. Tanto a Samarco quanto a Vale agora contam com instalações de geomonitoramento para avaliar vulnerabilidades nas barragens. Essas instalações operam 24 horas por dia, sete dias por semana, fornecendo informações contínuas às salas de controle das empresas que



Sala de controle da Vale em Belo Horizonte, foto registrada em 30 de Agosto de 2022



Barragem de rejeitos Minas Rio, foto registrada em 15 de Agosto de 2022

utilizam esses dados para avaliar a segurança das barragens. Além disso, a Vale está realizando a descaracterização de suas barragens em Minas Gerais, um processo no qual os rejeitos são desidratados e devolvidos ao solo. Esse trabalho de alto risco é realizado virtualmente a partir de um centro de controle, onde os funcionários operam robôs para executar a tarefa. Entende-se que, no momento, essa operação está em vigor apenas nas barragens da Vale em Minas Gerais, bem como em duas das estruturas de barragens consideradas de alto risco.

A preocupação da LAPFF está relacionada à velocidade de descaracterização. É positivo que a empresa tenha divulgado seu plano de descaracterização com cronogramas, e que esteja priorizando as barragens de maior risco. No entanto, a Vale possui duas barragens de alto risco que poderiam romper a qualquer momento, causando uma destruição ainda maior do que a registrada em Mariana e Brumadinho. A empresa alega que precisa proceder com cautela na descaracterização das barragens para não agravar o problema e criar riscos adicionais de liquefação. Portanto, esse processo leva tempo⁴².

Além disso, a Vale afirma que, à jusante das barragens que estão em processo de descaracterização, construiu barragens de contenção com capacidade para conter os rejeitos, caso necessário. Ela também afirma ter removido, em caráter preventivo, cem por cento da população próxima às áreas de risco.

A LAPFF aceita que esse seja o caso, mas permanece preocupada tendo em vista o relato das comunidades de que as barragens de contenção as aprisionariam na ocasião de um rompimento e vazamento da água. Além disso, o reassentamento



Visita à antiga Paracatu de Baixo. A lama liberada com o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em 2015 é mostrada ao fundo, tendo atingido cerca de 1,5 metro de altura. Da esquerda para a direita aparecem na foto: o Presidente da Renova; o Presidente da Vale, José Penido; o Presidente da LAPFF, Vereador Doug McMurdo (no centro); membra da equipe de RI da Vale e o CEO da Fundação Renova, André de Freitas. Foto registrada em 29 de Agosto de 2022

da população não aborda diversos impactos sociais e ambientais decorrentes de um rompimento de barragem, como a contaminação da água. A LAPFF também permanece apreensiva em relação ao ritmo atual de progresso, o qual representa um grande risco de outro rompimento de barragem. Essa preocupação é agravada pela falta de rotas de segurança claras e procedimentos de evacuação bem definidos em várias comunidades, como mencionado acima.

“Considerando a quantidade de sofrimento, a Vale não pagou reparações suficientes”

Responsabilização

A LAPFF tem uma preocupação geral de que a Anglo American, a BHP, a Vale, a Samarco e a Fundação Renova não tenham assumido um nível razoável de responsabilidade pelos impactos que suas práticas comerciais tem causado a diversas partes interessadas, incluindo as comunidades atingidas. Essa falta de responsabilidade manifestou-se em três áreas principais, conforme descrito abaixo. Em primeiro lugar, há relatos de que as empresas estão deixando de reconhecer pessoas que foram atingidas pelas barragens de rejeitos. Em Brumadinho e Mariana, essas preocupações foram levantadas em relação aos rompimentos das barragens de rejeitos. Já em Conceição do Mato Dentro, os membros das comunidades com os quais a LAPFF conversou afirmaram que houve uma falha em reconhecer as pessoas que vivem nas zonas de risco da barragem de rejeitos. Em segundo lugar, preocupações com a segurança foram levantadas em todas as três áreas visitadas, incluindo a falta de procedimentos de evacuação adequados. Em terceiro lugar, os acordos legais aparentemente não atribuem níveis de responsabilidade razoáveis às empresas com relação às reparações em Mariana e Brumadinho, bem como quanto à proteção de bens pessoais em todas as três localidades.

A LAPFF também expressa preocupações significativas sobre as lacunas de responsabilização existentes nas estruturas de joint ventures usadas pelas três empresas. As empresas acreditam estar desempenhando bem, no entanto, está evidente que poderiam melhorar. Existe uma nítida falta de confiança e, com o passar do tempo, essa situação só tende a se deteriorar ainda mais. Várias observações feitas pela LAPFF foram bem recebidas, e a LAPFF continuará seu diálogo com a Vale e com a Anglo American. Na visão da LAPFF, a BHP tem muito a fazer com relação ao incidente Mariana/Samarco.

42 “A descaracterização de uma estrutura a montante é um processo complexo, com desafios específicos a cada estrutura que, se não tratados, podem afetar as condições de estabilidade geotécnica e elevar o risco das obras. Portanto, a descaracterização requer tempo, cuidados intensivos com segurança e soluções customizadas. Os projetos de descaracterização incluem estudos detalhados de engenharia para cada estrutura incluída no programa, com obras de reforço quando aplicável.” <https://www.vale.com/pt/web/esg/programa-de-descaracterizacao>

Exclusão de Vítimas

Durante a visita, ficou evidente uma preocupante falta de responsabilidade das empresas e suas entidades associadas em relação aos impactos de suas atividades nas comunidades próximas às barragens. Isso ficou claro diante o engajamento inadequado das empresas com as partes interessadas, conforme mencionado anteriormente. Além disso, diversas declarações das pessoas atingidas tornaram evidente a exclusão de muitas daquelas que deveriam ser elegíveis para compensação e reparação. Na verdade, tanto membros das comunidades atingidas quanto comentaristas externos destacaram uma estratégia de “dividir para conquistar” adotada pelas empresas, visando enfraquecer as reivindicações das vítimas. Isto posto, embora seja visível o impacto gerado sobre certos indivíduos que foram excluídos, é muito difícil determinar com precisão os graus de impacto em diferentes pessoas atingidas, o que parece contribuir para o problema de exclusão.

Tanto em Mariana quanto em Brumadinho, os membros das comunidades com os quais os representantes da LAPFF se reuniram reclamaram que foram atingidos de alguma forma pelos rompimentos das barragens de rejeitos, mas não foram reconhecidos como vítimas dos desastres. Um caso particularmente marcante envolveu dois indivíduos que não moram em Brumadinho, mas cujos filhos estavam fazendo uma trilha na região quando foram atingidos pelo deslizamento da lama de rejeitos. Esses indivíduos perderam os dois filhos e um neto (que estava em gestação) para a lama, e eles não são considerados como “indivíduos atingidos”⁴³.

Além da mencionada ausência de um pedido de desculpas por parte das empresas, ao que parece, existe uma divergência de opiniões entre estas e as comunidades em relação a quem se qualifica como pessoa atingida e, portanto, alguém que tenha direito a reparação e compensação. De acordo com a BHP, um dos pilares da [Renova](#) é identificar todas as pessoas atingidas e registrá-las para receber indenização. No entanto, segundo as comunidades atingidas, a abordagem da empresa tem sido limitar o número de pessoas que considera atingidas. Está claro que os membros dessas comunidades têm uma definição muito mais ampla de quem deve ser considerado como indivíduo atingido. Eles se referem a uma lista de pessoas atingidas compilada por uma organização não governamental que reconhece quase o dobro de pessoas em comparação com o cadastro das empresas.

“De 78 pessoas [em uma comunidade], apenas 22 se beneficiam do reconhecimento.”

É evidente que existem diferentes níveis de impacto. Por exemplo, algumas pessoas perderam entes queridos; outras perderam suas casas; outras tiveram suas terras danificadas pelos rejeitos, comprometendo, assim, sua capacidade de cultivar alimentos ou criar animais. Essas variações no impacto aparentemente precisariam ser consideradas em qualquer processo de reparação e compensação. De acordo com a Vale, essas diferentes circunstâncias são levadas em consideração no plano de reparação de Brumadinho, no qual as pessoas atingidas são diferenciadas em termos de compensação, dependendo se perderam um ente querido, a sua propriedade ou se não podem mais exercer sua ocupação profissional anterior.

De acordo com a BHP, a [Renova](#) avalia cada dano causado e paga a compensação de acordo com o mesmo. Cada caso é tratado individualmente - não há uma abordagem geral no caso de Fundão. Em Mariana, nos programas originais de indenização mediados pela Renova, os indivíduos podiam reivindicar e receber quantias de compensação aprovadas pela justiça com base em uma lista minuciosa de prejuízos (Matriz de Danos). Por exemplo, alguém poderia receber pagamento por um barco de pesca que foi destruído, bem como por danos em suas residências.

Como esse processo demorou um tempo para ser implementado, introduziu-se uma rota mais simples, chamada de Sistema Indenizatório Simplificado – SIS (ou Sistema Novel). Nesse sistema, as pessoas atingidas podem receber compensação (com base em sua profissão e no impacto estimado) sem sequer precisar comprovar suas perdas (precisando apenas comprovar que moravam na área). Todos os acordos no Sistema Novel são individualmente ratificados pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Subseção Judiciária de Minas Gerais em Belo Horizonte. Somente nesse sistema, mais de 75 mil pessoas foram indenizadas em aproximadamente R\$ 9 bilhões (US\$1,8 bilhão). No entanto, como mencionado anteriormente, nem sempre resta claro como essas diferenças nos danos determinam se uma pessoa pode ser considerada “atingida” ou não. Além disso, as pessoas atingidas com as quais a LAPFF conversou afirmam que indivíduos que deveriam ser incluídos continuam sendo excluídos da relação de pessoas atingidas.

Em Conceição do Mato Dentro, as pessoas atingidas apontaram uma estranha contradição, na qual algumas comunidades possuem sirenes e pontos de encontro instalados pela Anglo American, mas não são reconhecidas pela mineradora como comunidades atingidas pela barragem do Minas-Rio. Foram citadas diversas falhas de comunicação que variaram desde a empresa não perguntar sobre onde instalar as sirenes, os pontos de encontro ou a barragem de rejeitos, até o fato de esta mentir intencionalmente

43 A Vale afirma que “os parâmetros do termo de compromisso celebrado com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais para pagamento de indenização aos atingidos não se limitam aos que viviam em Brumadinho, incluindo também aqueles que perderam pais, mães, filhos, irmãos, cônjuges ou companheiros devido ao rompimento da barragem.” Ainda não está claro, no entanto, porque é que estas pessoas – que foram claramente prejudicadas – foram excluídas da categoria de indivíduos atingidos.

sobre suas intenções.

A Anglo American declarou que os conteúdos do Plano de Ação de Emergência (PAEBM) são atualizados anualmente e estão sujeitos a consulta com as partes interessadas pelo menos uma vez por ano. No entanto, a empresa observou alguns desafios específicos relacionados à preparação para situações de emergência. Segundo a Anglo American, uma das áreas visitadas pela LAPFF é, de certa forma, incomum, já que a comunidade não está incluída na zona de auto salvamento (ZAS), apesar de a mineradora ter se oferecido para dialogar e ter mantido o diálogo com a comunidade ao longo do tempo. Na comunidade em questão, as pessoas com as quais a LAPFF se reuniu questionaram por que a Anglo American não havia incluído a comunidade na zona de auto salvamento, já que essa é a perspectiva da mineradora.

Neste caso específico, devido à natureza da situação, a área de segurança deve estar localizada em um ponto elevado, como o topo de um morro. Quando questionados, os representantes da Anglo American afirmaram que a última simulação de evacuação foi realizada há dois ou três meses e que mais de oitenta por cento da comunidade participou, deslocando-se com segurança para os pontos de encontro (sendo o ponto no alto do morro apenas um desses locais). No entanto, algum dos pontos identificados pela LAPFF pareciam estar trancados. A Anglo American relatou que estão em curso discussões sobre como melhorar esse processo e que os membros das comunidades que necessitaram de apoio adicional receberam essa assistência complementar.

De acordo com a empresa, outro desafio está relacionado à localização das sirenes. Conforme explicado, a escolha do local não pode ser aleatória; deve ser um procedimento estrategicamente definido para otimizar a acústica e, assim, poder alcançar toda a comunidade. Consequentemente, a Anglo American afirmou que não possui uma grande variedade de locais onde possa posicionar as sirenes.

“Nunca houve um processo que responsabilizasse a Vale e as outras empresas de mineração.”

Acordos Legais

A discordância sobre quem é considerado uma pessoa atingida está relacionada, em parte, a problemas advindos dos acordos legais resultantes dos rompimentos das barragens de rejeitos. Em Mariana, a preocupação principal é o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), o acordo entre a BHP, a Vale e as autoridades brasileiras que criou a Fundação Renova. A Vale explicou que “o TTAC e

o TAC-Gov estabeleceram a estrutura de governança externa para a Fundação Renova. Além de dois assentos no ‘Conselho Curador’ da Renova dedicados às pessoas atingidas, os acordos TTAC e TAC-Gov preveem a participação delas em vários órgãos de governança:

- (i) **no Conselho Consultivo, para opinar sobre planos, programas e projetos, além de indicar propostas de soluções para os danos causados pelo rompimento da barragem;**
- (ii) **nas Comissões Locais para a formulação de projetos (dentro dos limites dos programas), com o apoio de Assessores Técnicos (ATs);**
- (iii) **nas Câmaras Regionais, que são fóruns de discussão, organização participativa e criação de novos programas e projetos fora do TTAC, durante a renegociação; e**
- (iv) **nas Câmaras Técnicas, para auxiliar nas atribuições do Comitê Interfederativo (CIF)**

De acordo com a Vale, “em 2020, foi implementado um sistema de compensação bastante amplo e flexível, fundamentado no conceito de justiça sumária, para atender ao público informal. A maioria desse público não teria chances em processos legais comuns devido à falta de provas e evidências. Por ser um sistema extremamente simples, existem até relatos de fraudes por parte de supostos atingidos. Esse sistema simplificado já compensou mais de 74.000 pessoas.”

A BHP confirmou a versão da Vale. Ela afirma que “a participação das comunidades atingidas na tomada de decisões é assegurada por meio de vários acordos assinados com autoridades brasileiras após a celebração do TTAC (Acordo-Quadro)”⁴⁴.

A BHP enfatiza que as pessoas atingidas não nomearam seus representantes, embora tenham direito a dois assentos, assim como as autoridades públicas. No entanto, como mencionado anteriormente neste relatório, os membros das comunidades com os quais a LAPFF conversou alegaram que as posições das comunidades não foram preenchidas devido ao inerente desequilíbrio de poder que percebem entre os interesses das empresas e os interesses das comunidades dentro da Fundação Renova.

A BHP também salientou que as comunidades atingidas têm sido significativamente envolvidas no programa de reassentamento. Entretanto, neste ponto, a LAPFF ressalta que participação e envolvimento não são sinônimos de tomada de decisões, o que é o padrão internacional e, na visão da LAPFF, resulta em um impacto operacional, reputacional, legal e financeiro muito mais suave e menos oneroso. De acordo com os membros das comunidades atingidas com os quais a LAPFF se encontrou, além de supostamente facilitar a exclusão de vários indivíduos atingidos, esse acordo deu início a um

44 A BHP citou o Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) assinado em janeiro de 2017: cláusula 2 (audiências públicas e consultas prévias aos povos tradicionais) [[termo-de-acordo-preliminar-caso-samarco \(mpf.mp.br\)](#)]; o Aditivo ao TAP (ATAP) assinado em novembro de 2017: cláusulas 6 e 7 (audiências públicas, consulta prévia às pessoas atingidas e assessoria técnica fornecida às pessoas atingidas) [[aditivo-tap \(mpf.mp.br\)](#)]; o Acordo de Governança (TAC-Gov) assinado em junho de 2018: cláusulas 3-7 (governança e participação), 8-18 (comissões locais de pessoas atingidas), 19-28 (fórum de observadores), 29-35 (câmaras regionais), 62-67 (regras de custeio para a participação de pessoas atingidas) [[tac-governanca \(mpf.mp.br\)](#)]

complicado processo dentro da Fundação Renova que efetivamente exclui os representantes das comunidades atingidas das tomadas de decisão relacionadas ao reassentamento, compensação e reparações que lhes dizem respeito. Como resultado, nenhum membro das comunidades assumiu as posições no Conselho Curador, uma vez que a estrutura da Fundação Renova foi percebida como inerentemente tendenciosa contra a participação das comunidades.

Segundo a Vale, a Fundação Renova possui um [conselho consultivo](#) composto por membros da sociedade. Os programas de reparação executados pela Fundação Renova seguem um processo de envolvimento, participação e construção conjunta com diversas partes interessadas (pessoas atingidas, especialistas, autoridades e agentes públicos, incluindo representantes da sociedade). No entanto, basta olhar para a estrutura organizacional no site da Renova⁴⁵ onde fica claro que a capacidade de tomada de decisões pertence a um comitê composto por representantes da BHP e da Vale, mas nenhum representante das comunidades. Os representantes das comunidades desempenham apenas um papel consultivo⁴⁶.

Um novo acordo está supostamente em negociação, mas tem enfrentado diversos atrasos, principalmente devido às eleições presidenciais que ocorreram no Brasil em 2022, conforme relatado pelas empresas com as quais a LAPFF dialogou. No entanto, também há indícios de que o atraso se deveu a uma postura descompromissada das empresas, a qual foi considerada inaceitável pelas autoridades públicas⁴⁷. Membros das comunidades com os quais a LAPFF conversou apontaram que não estão sendo incluídos na negociação deste novo acordo e, portanto, não têm muita confiança de que ele representará melhorias em relação ao acordo anterior.

A Vale fez questão de salientar que, em Brumadinho, um acordo legal foi alcançado muito mais rapidamente do que no caso de Mariana⁴⁸. Isso é verdade. No entanto, os membros das comunidades atingidas com os quais a LAPFF se reuniu ainda apontam para a inadequação do acordo e para a exclusão de vários indivíduos. Portanto, neste estágio, não está claro se haverá outros acordos legais ou litígios exigindo que a Vale pague mais indenizações pelos danos causados. De qualquer forma, a empresa



Parque em Brumadinho financiado pela Vale, foto registrada em 30 de Agosto de 2022

tem realizado um grande número de projetos de desenvolvimento comunitário, os quais representam um gasto considerável, na intenção de reconstruir sua reputação em Brumadinho, incluindo a construção de um parque comunitário, uma cooperativa de alimentos e investimentos no museu Inhotim para promover uma nova economia para a cidade.

Joint Ventures (Empreendimentos Conjuntos)

Existem preocupações com a responsabilidade em todas as três barragens de rejeitos mencionadas pela LAPFF: Minas-Rio, Córrego do Feijão e Fundão. Duas dessas barragens – Minas-Rio e Córrego do Feijão – são de propriedade exclusiva; Minas-Rio pertence à Anglo American⁴⁹ e Córrego do Feijão pertence à Vale. No entanto, Fundão é operada pela Samarco, uma joint venture entre a BHP e a Vale, na qual cada uma destas detém cinquenta por cento de participação.

Embora a LAPFF reconheça que projetos de propriedade exclusiva também possam apresentar problemas de responsabilidade, neste caso específico, a LAPFF está especialmente preocupada com as lacunas de responsabilidade existentes em empreendimentos derivados de joint ventures. Os sócios participantes que não detêm controle operacional da joint venture possuem um privilégio singular de renunciar à responsabilidade pelos

45 <https://www.fundacaorenova.org/quem-faz-parte/>

46 [Quem faz parte - Fundação Renova \(fundacaorenova.org\)](#). A Vale afirmou que os programas da Fundação Renova são monitorados pelo Comitê Interfederativo (CIF), composto por representantes da União, dos governos de Minas Gerais e Espírito Santo, dos municípios impactados, da Defensoria Pública e das pessoas atingidas. No entanto, as comunidades atingidas com as quais a LAPFF conversou observaram que os representantes das comunidades não têm poder de decisão no processo.

47 A versão em Inglês encontra-se na p. 2: https://defensoria.mg.def.br/wp-content/uploads/2022/09/press_release_v2.pdf

48 De acordo com a Vale, no caso da compensação individual para aqueles atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana, as dificuldades de comprovar os danos econômicos por parte dos atingidos, principalmente aqueles cuja atividade profissional se incluía no setor informal, foram superadas com a criação do Sistema Indenizatório Simplificado, que indenizou mais de 73.600 pessoas até novembro de 2022. Outros programas, executados pela Renova, também abordaram os impactos individuais, com destaque para o Programa 17, que recuperou estruturas rurais e áreas produtivas impactadas pelo rompimento. Além disso, os demais programas reparatórios e compensatórios atendem a demandas coletivas por meio de diversas ações, desde a publicação de editais para a execução de projetos comunitários, renovação e melhorias em bibliotecas públicas, parcerias com universidades para a realização de cursos de capacitação, especialização, mestrado e doutorado em educação ambiental, entre outras ações. No entanto, em diversas ocasiões, os membros das comunidades atingidas relataram à LAPFF que esse processo não era participativo e que só aceitaram o Sistema Indenizatório Simplificado porque o processo corria tão lentamente que eles acreditavam que nunca receberiam suas casas e, portanto, não podiam mais esperar.

49 A Anglo American declarou que reconhece as expectativas crescentes em termos de uso de influência em joint ventures não operadas e tomou medidas para garantir que haja um entendimento das expectativas do grupo em relação a essas operações.

impactos do empreendimento. No contexto brasileiro, essas lacunas podem ser vistas através da supervisão fracassada da Samarco em relação ao rompimento da barragem de Fundão, bem como na tardia e questionável distribuição das reparações e compensações realizadas pela Fundação Renova às pessoas atingidas pelo desastre em Mariana após o rompimento da barragem de Fundão. Quase sete anos após o rompimento da barragem e o fim dessas reparações, e compensações ainda parece estar muito distante. Consequentemente, membros das comunidades atingidas sofrem há mais de sete anos, e as empresas e investidores continuam a acumular custos associados à prestação tardia de reparações e compensações.

A Vale afirmou estar trabalhando para aprimorar as suas joint ventures não-operadas (empreendimentos conjuntos nos quais não possui controle operacional). 'A Vale passou a monitorar os nossos processos de joint venture mais de perto, dentro dos limites permitido por sua governança, particularmente para verificar a conformidade destes processos com os padrões ESG (ambientais, sociais e de governança) adotados pela Vale. Em 2022, um questionário de autoavaliação sobre direitos humanos foi aplicado para identificar se as empresas (Samarco, dentre outras) estavam em conformidade com os requisitos mínimos e, com isso, definimos um plano de ação para abordar os pontos prioritários identificados'. Adicionalmente, em 2022, a Vale afirma que iniciou um projeto piloto para avaliar a adesão de suas joint ventures às práticas de ESG. O projeto consistiu em uma avaliação dos indicadores e métricas ESG de duas joint ventures estratégicas no portfólio da Vale. Essa avaliação foi conduzida por especialistas da mineradora e baseou-se em diversos questionários respondidos pelas equipes de gerenciamento das joint ventures. Com base nessas respostas, os especialistas da Vale sugeriram planos de ação específicos que serão monitorados ao longo de 2023. A intenção é expandir esse projeto para outras joint ventures relevantes também não-operadas pela Vale.

A LAPFF reconhece as reiteradas declarações feitas por ambas as empresas (BHP e Vale) em que ressaltam estarem condicionadas ao acordo firmado entre as várias partes. No entanto, na visão da LAPFF, isso não deve impedir nem prejudicar a capacidade de uma ou ambas as empresas em avançar com as reparações da forma mais ágil e eficaz possível.

A BHP afirma que a empresa tem contado com executivos seniores comprometidos para com essas questões desde o início do processo. A empresa declara que executivos superiores e membros do conselho da BHP visitaram o Brasil em várias ocasiões e que, como um dos aprendizados do rompimento da barragem de Samarco, a BHP formou a aliança comercial de joint ventures não-operadas (NOJV). A BHP salienta que desde 2016 integra o Conselho da Renova e que tal ação faz parte de sua estrutura de

governança. A mineradora explica que em 2021 criou uma separação das responsabilidades que levou à nomeação do Vice-Presidente de Joint Ventures Não Operadas do Brasil, mesmo já tendo anteriormente um Presidente de Ativos de Joint Ventures Não Operadas.

A principal preocupação da LAPFF em relação às responsabilidades em uma joint venture se dá pela forma como esses empreendimentos comuns são estruturados. Sua estrutura jurídica permite que cada sócio da joint venture, e/ou o operador (dependendo se o operador é um dos parceiros da joint venture) atribua a responsabilidade a outros participantes do empreendimento. Por exemplo, quando questionada sobre seu papel nas reparações em Mariana, a BHP - proprietária de cinquenta por cento da joint venture Samarco - afirmou reiteradamente à LAPFF que a responsabilidade de realizar as reparações e compensações compete à Fundação Renova. Na visão da LAPFF, a empresa se recusa a assumir a responsabilidade pertinente ao seu papel no rompimento da barragem de rejeitos, assim como nas falhas das reparações e compensações subsequentes, limitando-se à afirmação de que alocou fundos suficientes à Fundação Renova para esse fim.

Conforme mencionado acima, há um litígio contra a BHP nos tribunais ingleses para apurar suas responsabilidades pelo rompimento da barragem de Samarco. Entende-se que a BHP enfrenta um processo de até £5 bilhões por sua participação no desastre em Mariana; esse é um caso em andamento, o qual a LAPFF acredita que será defendido. De qualquer forma, dada a lentidão do progresso nas reparações e o descontentamento da comunidade, que foi compartilhado com a LAPFF, não ficou claro se esses fundos já alocados ao pagamento das reparações estão sendo realmente gastos no interesse das comunidades atingidas ou dos investidores.⁵⁰

Na visão da LAPFF, existem três grandes problemas ao atribuir a responsabilidade exclusivamente aos operadores de joint ventures. Em primeiro lugar, é moralmente repreensível. Em segundo lugar, não está alinhado com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, com os quais tanto a BHP quanto a Vale se comprometeram. Em terceiro lugar, leva a desastres como o rompimento da barragem de Fundão, que destruiu vidas e resultou em consequências financeiras graves, tanto para as empresas envolvidas, quanto para os investidores.

Liderança organizacional

Já faz um tempo que a LAPFF tem se preocupado com a liderança organizacional, especialmente em relação a possíveis conflitos de interesse na diretoria da Vale.

Por exemplo, o ex-presidente do conselho da Vale era o CEO da Previ, a principal investidora da Vale na época. Consideramos positivo o fato de a Vale ter tomado medidas para corrigir alguns desses con-

50 A BHP declarou que o portal 'Dados da Reparação', da Fundação Renova, é mensalmente atualizado com detalhes dos gastos e do progresso em cada programa

flitos e que esteja empenhada, de diversas formas, a diversificar o seu conselho de administração. Ainda assim, existem preocupações consideráveis com relação à liderança organizacional da Fundação Renova, a qual, na perspectiva da LAPFF, apresenta conflitos de interesse e déficits de competência⁵¹. De fato, ainda nos dias de hoje, o órgão deliberativo do conselho é composto por representantes da Vale, BHP e Samarco, além de representantes do Comitê Interfederativo (constituído por representantes dos governos dos dois estados impactados e da União), sem prejuízo do que foi discutido nas páginas 51 e 52 deste relatório.

“Na verdade, a Renova não quer de fato resolver os problemas, mas, sim cria-los”

Ademais, a Fundação Renova não demonstra ter o conjunto de habilidades necessárias para atender às demandas de todas as partes interessadas. A LAPFF reconhece alguns dos avanços obtidos, como certas benfeitorias com relação aos impactos ambientais. Mesmo assim, avalia-se que a construção de casas em grande escala e as habilidades interpessoais/comunicacionais necessitam ser aprimoradas. A construção de casas é a parte do processo sobre a qual as comunidades pediram um enfoque especial da LAPFF, já que é considerada particularmente problemática. Os membros das comunidades com os quais a LAPFF dialogou também afirmaram que, desde o início, a Fundação Renova não se planejou adequadamente para uma máxima abrangência das indenizações e das reparações, uma alegação que antecede à gestão do Sr. de Freitas como diretor-presidente da Fundação. De qualquer forma, essas falhas aparentemente não foram retificadas. Dados esses problemas estruturais da Renova e seu ritmo lento em processar as reparações, não é de surpreender que as comunidades, em sua maioria, tenham pouca fé na liderança da organização.

“A empresa acredita que é Deus.”

Além desses problemas com a Vale e a Fundação Renova, a LAPFF está preocupada com a aparente cultura de impunidade existente na BHP. Em várias ocasiões, a LAPFF entrou em contato com a mineradora solicitando uma reunião no Brasil. Por reiteradas vezes, a BHP continuou a alegar a existência de um conflito de interesse no envolvimento com a LAPFF acerca do caso Samarco. Algo que, na percepção da LAPFF, não existe. A impressão da LAPFF é de que a BHP está disposta a se engajar com investidores somente quando pode fazê-lo em seus

próprios termos. Por outro lado, quando é desafiada e municiada com críticas construtivas, a empresa se esquivava e se recusa a assumir a responsabilidade por suas ações, ou até mesmo a reconhecer as opiniões das partes interessadas. Portanto, a perspectiva da LAPFF é de que essa abordagem decorre de uma cultura estabelecida pela diretoria da empresa e por sua equipe superior de gerenciamento. Ao nosso ver, caberia à BHP e aos seus investidores reavaliar esse traço cultural, especialmente diante as alegações de assédio sexual por parte de funcionários e terceirizados da BHP na Austrália⁵² (algo que a mineradora reconheceu, pediu desculpas e abordou em seu site, bem como através de inúmeras chamadas com investidores e em seminários virtuais).

“A Vale sabia que se tivesse construído a barragem 30 metros mais alta nós não estaríamos nesta situação”

Processos de Diligência

Conforme mencionado, há uma preocupação com o fato de que as empresas envolvidas tenham estabelecido processos e estruturas para se esquivar da prestação de contas e das suas responsabilidades, ao invés de aceitá-las (principalmente as joint ventures). Há áreas técnicas em que a Vale e a Samarco aparentemente apresentaram melhorias – como o monitoramento geotécnico, mas o acompanhamento geral de suas práticas sociais e ambientais ainda parece requerer muitos ajustes. Esse movimento é particularmente necessário na comunicação com as partes interessadas e no estabelecimento de sistemas através dos quais se possa garantir o respeito aos direitos humanos e ambientais das pessoas atingidas e de outras partes interessadas.

Monitoramento

Tanto a Samarco quanto a Vale instituíram estações de monitoramento geotécnico de alta tecnologia após os rompimentos das barragens de rejeito em Brumadinho e em Mariana. Essas instalações monitoram a estabilidade das barragens, bem como as operações de mineração. Segundo consta, elas também alertam as companhias e as comunidades sobre quaisquer preocupações, embora as comunidades atingidas contestem a eficácia desses procedimentos. Adicionalmente, a Vale está introduzindo máquinas de mineração operadas por controle remoto. Atualmente, esse método não tem se mostrado tão eficiente quanto ter funcionários no local, porém ele garante mais segurança e a mineradora tem se

51 Um exemplo histórico é o fato de o ex-presidente da Fundação Renova ter sido conselheiro geral da Vale há quatorze anos atrás, portanto não era independente. A Vale ressalta que as discussões sobre a organização da Fundação Renova já estão sendo tratadas no Tribunal (Incidente Processual nº 1011729-52.2021.4.01.3800).

52 Consulte, por exemplo, este artigo em inglês do Sydney Morning Herald: <https://www.smh.com.au/business/companies/bhp-deeply-sorry-as-staff-report-103-sexual-harassment-cases-in-a-year-20220816-p5ba80.html>
Acesse também o site da mineradora: <https://www.bhp.com/sustainability/safety-health/sexual-harassment>

empenhado para aprimorá-lo.

Embora esses desenvolvimentos sejam positivos, a Vale ainda reconhece que possui duas barragens de rejeitos de alto risco no Brasil. Por mais que as barragens estejam sob processo de descaracterização, elas ainda são passíveis de rompimento, algo que pode acontecer a qualquer momento. A LAPFF foi informada por representantes das comunidades que pelo menos uma dessas barragens tem três vezes o tamanho da barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho, e, portanto, podem causar danos significativamente maiores do que as barragens rompidas em Brumadinho e Mariana.

A Vale afirmou que, embora reconheça essa questão, está agindo o mais rápido possível para descaracterizar as barragens e evitar problemas de segurança adicionais. A LAPFF aceita a posição de que a companhia tem demorado para descaracterizar essas barragens preservando a intenção de cuidado no processo. No entanto, a LAPFF gostaria de ter mais garantias de que a mineradora está agindo o mais rápido possível na realização das descaracterizações, bem como tomando as medidas apropriadas para mitigar qualquer dano que possa ser causado por um eventual colapso. As pessoas a jusante dessas duas barragens foram realocadas considerando-se a eventualidade de um rompimento. Mesmo assim, essa realocação não evita o impacto estimado sobre os mananciais de água, como os existentes em Belo Horizonte, que é a terceira cidade mais populosa do Brasil. A Vale afirmou que concluiu a construção das estruturas de contenção (barragens de backup) a jusante das barragens de alto risco, com o objetivo de reter cem por cento do volume das barragens em um cenário hipotético extremo de ruptura, prevenindo que os rejeitos alcancem a Zona de Segurança Secundária dos municípios. No entanto, como mencionado anteriormente, os membros das comunidades com os quais a LAPFF conversou apontaram que, se essa ruptura ocorresse, as estruturas de contenção os prenderiam no local e os deixariam incapazes de escapar.

Acreditamos que o tempo que o Sr. Penido passou com a LAPFF seja um testemunho de seu compromisso em transformar a Vale em uma empresa de mineração sustentável. Há claramente um longo caminho a percorrer, assim como o próprio Sr. Penido admitiu. No entanto, há indicações de que, em alguns aspectos, como no monitoramento geotécnico, a empresa esteja seguindo na direção certa.

Comunicação com as Partes Interessadas

Como mencionado anteriormente, outra preocupação referente ao processo é a falha das três mineradoras em questão em se envolver de forma significativa e apropriada com as pessoas atingidas, bem como com outras partes interessadas. Indivíduos atingidos em todas as três áreas relatam interações precárias com os representantes das empresas e terceirizados, se é que tal interação existe, em primeiro lugar. Uma das grandes decepções para a LAPFF é que muitos dos indivíduos atingidos falaram que tinham uma visão

positiva da Vale antes dos desastres em Mariana e Brumadinho, e que tinham orgulho de trabalhar para a empresa. Atualmente, a maioria das pessoas tem uma visão negativa da empresa.

Por exemplo, em várias ocasiões quando a LAPFF abordou a Vale sobre a questão do muro de contenção mencionado acima, os representantes da empresa se recusaram a reconhecer, muito menos lidar com essa questão. Ademais, não há indícios de que a empresa tenha conversado com as comunidades atingidas sobre o problema.

“Não existe qualquer contato - as empresas fogem quando a comunidade tenta falar com elas.”

De maneira mais geral, a Vale afirmou que ‘embora no caso do rompimento da barragem de Fundão o diálogo e a comunicação sejam de responsabilidade da Renova, a Vale tem procurado estabelecer fóruns de ajuda mútua para compartilhar experiências, desafios e oportunidades de engajamento e melhoria da comunicação nos territórios onde a Renova e a Vale atuam. Uma reunião semanal é realizada com a participação dos funcionários de engajamento comunitário da Renova e da Vale para trocar e compartilhar informações e percepções, além de melhorar a comunicação com a comunidade. O relacionamento com os povos indígenas Krenak, Tupiniquim e Guarani também conta com fóruns de discussão específicos com os assessores responsáveis pelo relacionamento com essas comunidades, a fim de compartilhar a compreensão e percepção do território.’ As informações que a LAPFF recebeu através das discussões comunitárias ocorridas durante sua visita não correspondem ao que a Vale relatou sobre envolvimento comunitário.

Alguns membros das comunidades, com os quais a LAPFF interagiu, notaram que a BHP efetivamente abandonou os compromissos com as comunidades no momento em que algumas pessoas atingidas começaram a viajar para Londres para se comunicar com investidores britânicos em 2018, embora a BHP tenha dito que foi acordado com as autoridades públicas que a Fundação Renova deveria ser a responsável pelas interações diretas com as comunidades no que tange às medidas de reparação. No entanto, na opinião da LAPFF, não é porque foi acordado com as autoridades públicas que a Fundação Renova deveria ser responsável por se envolver diretamente com as comunidades em relação às medidas de reparação, que esse acordo isenta a BHP e a Vale de fazê-lo e de assumir a responsabilidade por quaisquer medidas corretivas igualmente necessárias. As pessoas atingidas na região de Conceição relataram a ausência de interações com a Anglo American juntamente com a precariedade desse envolvimento. A exemplo, interações relativas aos projetos das casas e às necessidades culturais, nos casos em que tais fatos já haviam sido discutidos com a empresa.

Dito isso, a LAPFF também tem preocupações de que as empresas envolvidas não estejam comunicando adequadamente seus verdadeiros avanços. Como no caso da Samarco, há uma preocupação de que, desde 2019, a Vale não esteja comunicando todos os seus avanços para as pessoas atingidas, particularmente àquelas que são fortemente críticas à empresa.

Na opinião da LAPFF, a comunicação eficaz com as partes interessadas é necessária não apenas em termos de atender às necessidades e expectativas das partes interessadas, mas também para garantir que as operações sejam conduzidas de maneira financeiramente eficiente. Portanto, com alta prioridade, a LAPFF gostaria de ver um maior comprometimento e o aprimoramento das relações entre as empresas e as comunidades.



Estrutura destruída pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, foto registrada em 27 de Agosto de 2022

Casas destruídas pelo rompimento da barragem de rejeitos de Mariana, foto registrada em 27 de Agosto de 2022



PARA ONDE VAMOS A PARTIR DAQUI?: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Reunião Final com Investidores

Em uma reunião com a Vale e com investidores brasileiros ao final da visita, a LAPFF concordou em se concentrar em três pontos principais para levar adiante um plano visando a melhoria nas reações das empresas aos casos de Mariana e Brumadinho. Esses pontos são: (1) direitos humanos e, particularmente, o envolvimento das partes interessadas; (2) proteção ambiental; e (3) prevenção de novos rompimentos de barragens. A LAPFF continua a mobilizar a Vale e, na medida do possível, a BHP, nessas frentes.

Sob o tópico de direitos humanos e comunidade houve uma forte ênfase na necessidade de a BHP e a Vale escutarem mais as comunidades⁵³. O tópico das joint ventures também foi bastante destacado, com um dos investidores brasileiros reforçando a preocupação da LAPFF em relação a essas estruturas. O engajamento com as comunidades surgiu novamente como um ponto de entrave dentro do tema ambiental, momento em que se propôs a necessidade de avaliações terceirizadas e independentes de problemas como a contaminação da água.

A prevenção de novos rompimentos de barragens é um tópico a ser discutido em mais detalhes. Embora a Vale tenha adotado uma série de medidas visando a descaracterização de barragens de rejeitos e o monitoramento das barragens com problemas pendentes, a empresa ainda possui duas barragens de alto risco que são bem maiores do que a de Brumadinho – a qual era uma barragem relativamente pequena – e cujo rompimento seria absolutamente devastador, tanto do ponto de vista social quanto ambiental. Conforme visto por nós, investidores, tanto em Mariana quanto em Brumadinho, a repercussão financeira para as empresas e para os investidores certamente seria enorme. A LAPFF entende que o processo de descaracterização de duas dessas barragens está bem encaminhado, contudo, é crucial garantir que a execução seja adequada e suficientemente ágil para prevenir futuros rompimentos.

Em resumo, embora haja sinais de avanços tanto em termos culturais quanto operacionais por parte da Vale, ainda temos um longo caminho a percorrer. Esta viagem e a reunião do JGP foram apenas o ponto de partida de um diligente processo multilateral para responsabilizar a empresa. Todavia, é importante

mencionar que os problemas a serem solucionados pela Vale são os mesmos enfrentados pela maioria, se não todas as mineradoras. A diferença é que a Vale teve os rompimentos de barragens, algo que tornou os problemas ainda mais reais. Portanto, a LAPFF continuará seu trabalho, tanto por conta própria quanto por meio de suas novas parcerias, para garantir que mudanças concretas sejam implementadas e para que tanto as empresas quanto as comunidades vejam as mudanças necessárias para seguir em frente.

A LAPFF se reuniu com o presidente da Anglo American para discutir as constatações em Conceição do Mato Dentro, e ele solicitou mais informações para investigar as preocupações das comunidades. A LAPFF tem trabalhado com a empresa para, assim, conseguir repassar suas conclusões de forma mais detalhada.

O que a LAPFF viu e ouviu no Brasil foi esclarecedor, mas raramente encorajador. A LAPFF, sem sombra de dúvida, testemunhou sinais de progresso. Foi particularmente bem-vindo o fato de a Vale ter disponibilizado o tempo de seus dirigentes à LAPFF para discutir os problemas em questão e foi encorajador ver a seriedade com que seu presidente está encarando a situação. No entanto, foi decepcionante e preocupante que a BHP não tenha tratado o envolvimento com os acionistas da mesma forma. Mais preocupante ainda foi o que a LAPFF ouviu dos membros das comunidades. Há uma grande probabilidade de que sempre haverá problemas, dadas as circunstâncias e a escala dos desafios. Inevitavelmente haverá tensões e ressentimento visto que as catástrofes foram causadas pelas mineradoras. No entanto, a gravidade dos problemas deve ser motivo de grande preocupação para os acionistas. Evidentemente, há muito a ser feito para melhorar a situação das comunidades; melhorias que também protegerão o valor para os acionistas. A próxima seção deste relatório estabelece como nós, enquanto investidores, podemos contribuir mais, além de mostrar a mudança de patamar necessária por parte das empresas e fazer um apelo às comunidades para continuarem a colaborar conosco como acionistas, a fim de garantir a resolução dos problemas e prevenir futuras catástrofes.

53 A Vale declarou que "compreende e reconhece que em suas atividades, devido às características inerentes do setor extrativo e aos locais onde opera, existem inúmeros desafios no que tange o respeito aos Direitos Humanos. É por isso que a empresa está comprometida com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU e no alinhamento com princípios e padrões internacionais". No entanto, a LAPFF observa que um comprometimento não é suficiente. É preciso que esse seja cumprido na prática e que produza resultados aceitáveis.

Recomendações

Para os Investidores

- **Investidores devem colaborar de forma significativa com trabalhadores e comunidades atingidas.**
- **Os proprietários de ativos devem colaborar com os gerentes de ativos em relação às preocupações das partes interessadas, incluindo as partes atingidas.**
- **Os Investidores devem entender que as práticas ambientais, sociais e de governança têm relevância financeira**

Em relação ao primeiro ponto, os investidores devem colaborar com trabalhadores atingidos e membros das comunidades atingidas para obter conhecimento sobre os impactos ambientais, sociais e de governança de seus investimentos. A LAPFF constatou que as informações fornecidas pelas partes atingidas são fundamentais para entender melhor como as empresas operam e, portanto, o potencial de criação ou destruição de valor para os acionistas. Por exemplo, as áreas em que trabalhadores e comunidades atingidas apresentam informações que contradizem informações apresentadas pelas empresas indicam que os investidores precisam investigar essas áreas mais a fundo. Essas investigações, invariavelmente, levam à descoberta de informações com relevância financeira, como, por exemplo, se um projeto da empresa é operacionalmente viável ou sustentável.

No segundo ponto, os proprietários de ativos devem colaborar com seus gerentes de ativos para garantir que estes estejam incorporando as contribuições das partes interessadas em suas análises financeiras. Essa contribuição inclui a opinião de trabalhadores e comunidades, porém deve ser abrangente como, por exemplo, incorporando as opiniões de fornecedores, clientes e consumidores. Esse envolvimento mais abrangente ajuda os acionistas a entenderem as empresas nas quais investiram a partir de uma perspectiva mais ampla, bem como os ajuda a triangular dados para garantir que nenhuma visão distorcida esteja influenciando os resultados em relação aos direitos humanos, ao meio ambiente ou os resultados financeiros.

No terceiro ponto, quanto mais a LAPFF se comunica com trabalhadores e comunidades atingidas, mais evidente fica que as práticas ambientais, sociais e de governança das empresas investidas são financeiramente relevantes. Além disso, nós, como investidores, temos a responsabilidade tanto

de respeitar os direitos humanos de acordo com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, quanto de cumprir nossos deveres fiduciários de acordo com a Lei das Empresas Britânicas - e outras leis nacionais relevantes em Direito Societário – com relação a essas práticas. Os casos de Mariana e Brumadinho são particularmente bons exemplos desse vínculo, pois os investidores viram a BHP e a Vale pagarem, e continuarem a pagar, bilhões de dólares (renda do investidor ou capital para investimentos da empresa) em compensações e reparações por suas falhas ambientais, sociais e de governança. A LAPFF tem visto evidências desses vínculos na maioria de seus encontros. Na visão da LAPFF, não há desculpa, nesta fase, para que os investidores não reconheçam e investiguem os resultados ambientais, sociais e de governança ligados a seus investimentos. Tal falha representa simplesmente uma falta de cuidado com seus investimentos.

Para as Empresas

- **As empresas devem assumir a responsabilidade, bem como prestar contas de seus impactos sociais e ambientais.**
- **As empresas devem se envolver de forma significativa com os trabalhadores e as comunidades atingidas por suas operações.**
- **As empresas devem garantir que suas estruturas de joint venture não criem lacunas de responsabilidade para com os impactos de ESG.**

A LAPFF acredita que as empresas começaram a levar mais a sério suas responsabilidades ambientais, sociais e de governança. Especificamente em relação às empresas de mineração, a LAPFF tem observado um maior envolvimento da diretoria com relação às questões de direitos humanos, bem como a ampliação da discussão com os investidores sobre os impactos e resultados relativos aos direitos humanos. Esse aumento da conscientização deve ser reconhecido.

Dito isso, e após a visita realizada, há três áreas que são particularmente preocupantes para a LAPFF: a inexistência de responsabilidade corporativa pelos impactos ambientais e sociais, a ausência de relacionamentos que efetivamente envolvam partes interessadas e os participantes da joint venture. Todas essas áreas podem e devem ser aprimoradas para obter melhores resultados ambientais, sociais

e de governança que levem à criação de melhores retornos de investimento. Em particular, as empresas devem mapear as partes interessadas de forma apropriada. Elas também devem permitir avaliações independentes dos impactos social e ambiental decorrentes de suas atividades e, então, usar os resultados obtidos através da avaliação como base para a tomada de decisões operacionais. Essas medidas criarão a base para um caminho a ser seguido no tocante às reparações e também alertarão as empresas sobre quaisquer preocupações adicionais antecipadamente, para que futuros acidentes possam ser evitados. A LAPFF também tem a impressão de que as empresas envolvidas nos casos em questão, enfrentarão multas adicionais pelos impactos ambientais causados pelas catástrofes. Estudos são citados, mas também são contestados por outros, portanto, avaliações independentes ajudarão a estabelecer um parâmetro financeiro para o ocorrido.

Em relação à inexistência de responsabilidade corporativa, há duas preocupações. A primeira é que, em alguns casos, as empresas não estão reconhecendo que têm qualquer nível de responsabilidade. Esse aspecto é especialmente preocupante em relação às joint ventures, como discutido anteriormente. A segunda é que algumas empresas reconhecem que são responsáveis, mas não estão agindo conforme essa responsabilidade. Na visão da LAPFF, as empresas devem aceitar a responsabilidade quando necessário, bem como agir de boa-fé com base nessa responsabilidade.

Todas as comunidades visitadas pela LAPFF no Brasil afirmaram que há sérios problemas com a forma como as mineradoras se relacionam com elas. Em alguns casos, houve relatos de total falta de envolvimento por parte das empresas. Em outros casos, aparentemente essas se reúnem com as comunidades atingidas, mas não as escutam (com sinceridade), não as ouvem e não tomam nenhuma atitude em relação às solicitações e contribuições das comunidades. Isso não significa que todas as solicitações e contribuições das comunidades sejam executáveis. No entanto, a impressão da LAPFF foi de que os representantes das empresas não são atualmente capazes de identificar a raiz dos problemas em questão, nem as necessidades primordiais das comunidades que de fato requerem providências. Na visão da LAPFF, esse formato de envolvimento entre mineradoras e comunidades não é apenas inaceitável, como também insustentável em termos operacionais e de reputação para as empresas. Isso cria riscos legais para as empresas e riscos financeiros tanto para as estas, quanto para os investidores, incluindo uma ameaça ao valor das ações.

As joint ventures parecem agravar os riscos ambientais, sociais e de governança, bem como os riscos financeiros existentes. Conforme explicado, suas estruturas atuais criam lacunas de governança que permitem que as empresas participantes se desviem da prestação de contas e das responsabilidades pelos impactos e resultados ambientais, sociais e de governança. Portanto, para que continuem existindo,

é preciso que haja um protocolo ou uma diretriz que garanta a atribuição e imposição das responsabilidades pelos impactos e resultados ambientais, sociais e de governança aos acionistas e às empresas participantes. Essa solução tem uma maior probabilidade de ser considerada durante a elaboração do contrato. Se essa mudança não for instituída, a visão da LAPFF é de que as empresas não devem participar em joint ventures, apesar dos benefícios que estas proporcionem em termos de compartilhamento de custos e riscos. No momento, o ônus do compartilhamento de riscos está recaindo desproporcionalmente sobre os trabalhadores, as comunidades e outras partes interessadas atingidas, em vez de recair sobre as empresas acionistas. Também não está claro se os custos resultantes das falhas de ESG estejam superando as supostas economias resultantes dos investimentos conjuntos. Tais acordos não são justos e criam riscos para o valor das ações no longo prazo.

Para as Comunidades

- **As comunidades devem continuar a se comunicar com os investidores quando se sentirem à vontade para fazê-lo e quando esse engajamento lhes seja útil.**
- **As comunidades devem continuar a atualizar os investidores sobre suas necessidades materiais, para que os investidores possam se comunicar com as empresas investidas e garantir uma reação otimizada por parte destas.**
- **As comunidades devem manter os investidores atualizados com informações que possam ajudar a prevenir futuras catástrofes relacionadas a barragens de rejeitos ou outros impactos.**

Ficou claro que as pessoas atingidas, com as quais a LAPFF se reuniu no Brasil, estavam correndo riscos ao se pronunciarem sobre o assunto em questão. Os riscos variavam desde a possibilidade de perder um emprego ou uma posição de negociação até eventuais situações de risco à vida. A LAPFF não pode imaginar como deve ser enfrentar diariamente esses riscos, mas é extremamente grata aos membros das comunidades por seu tempo e abertura em compartilhar suas experiências. Somente as próprias comunidades podem saber o grau de conforto de que dispõem para continuar a colaborar com os investidores, mas a LAPFF aprecia grandemente o engajamento delas até o momento e incentivaria a continuidade dessa colaboração, caso as comunidades a considerem viável e útil.

O que foi particularmente marcante durante a visita da LAPFF foi o dano irreparável causado a tantas comunidades e indivíduos, tanto pelos rompimentos das barragens de rejeitos, quanto pelas atividades de mineração em geral. Por exemplo, as pessoas tiveram que deixar suas casas e ser reassentadas, forçando-as a acolher não apenas novas casas,

mas também novas localidades, novos vizinhos e novas comunidades. Para além da perda de entes queridos (em alguns casos), esse processo significou deixar suas terras ancestrais ou casas herdadas de seus antepassados. Essas experiências criaram rupturas emocionais profundas para elas. Mesmo que suas comunidades originais sejam reconstruídas, elas não serão mais as mesmas.

Em relação ao exposto, a LAPFF pode apenas dizer que está trabalhando para garantir que os investidores (1) compreendam os impactos ambientais, sociais e de governança de seus investimentos e (2) trabalhem para evitar que seus investimentos levem a esses resultados no futuro.

Com o tempo, é provável que os indivíduos atingidos se adaptem com a perda e com a magnitude dessas, mas está claro que eles nunca se recuperarão completamente. Portanto, na medida em que as comunidades atingidas puderem continuar a definir suas necessidades materiais que ainda precisam ser atendidas, a LAPFF continuará a trabalhar com as empresas para atender a essas necessidades e

pressionará outros investidores a fazerem o mesmo, ressaltando que isso não resolverá a extensão total das perdas das comunidades.

Por fim, a prevenção de futuros desastres foi um tema marcante que emergiu das conversas com as pessoas atingidas nas comunidades visitadas no Brasil. A LAPFF encoraja enormemente os indivíduos atingidos a abordarem as empresas e os investidores com informações que possam prevenir futuras catástrofes ou impactos e resultados negativos. Está claro que muitos canais de reclamação das empresas são atualmente inadequados para esse fim, especialmente devido às lacunas de responsabilidade mencionadas anteriormente. No entanto, a LAPFF tem constatado que tanto os proprietários quanto os gestores de ativos estão cada vez mais receptivos às contribuições das partes interessadas, incluindo contribuições de trabalhadores e comunidades atingidas. Isso ocorre principalmente porque, dessa forma, podem obter uma compreensão mais aprofundada das implicações financeiras associadas às contribuições das partes interessadas.



A lama encobrindo a cidade de Mariana. Foto registrada em 7 de novembro de 2015

↑
CONSIDERANDO QUE
O RECONHECIMENTO
DA DIGNIDADE
INERENTE A TODOS
OS MEMBROS DA
FAMÍLIA HUMANA E
DOS SEUS
DIREITOS IGUAIS
E INALIENÁVEIS
CONSTITUI O
FUNDAMENTO DA
LIBERDADE, DA
JUSTIÇA E DA PAZ
NO MUNDO

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS
DIREITOS HUMANOS DA ONU

